

A handwritten signature in blue ink, likely belonging to a member of the municipal assembly.

Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar. -----

Data: 13 de dezembro de 2024 -----

Abertura da reunião: nove horas e quinze minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Luís Manuel Costa Rodrigues, desempenhado as funções de primeiro-secretário e Marlene Isabel Cardoso Fernandes, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Lisete Osório, por Ana Azevedo e de Manuel Paiva, por António Lareiro. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou os presentes e todos os que assistem a esta sessão através da transmissão online. -----

Partilhou, como é habitual, alguma informação e correspondência recebida desde a última sessão. Informou que esteve presente em algumas iniciativas ocorridas no concelho e fora dele, como por exemplo, em São Martinho das Chãs, na bênção dos tratores e Festa do Padroeiro; no Festival de Ginástica e Dança que ocorreu no passado dia 14 de novembro, em Armamar, assim como outras iniciativas. Disse, ainda, que esteve inserido numa iniciativa da Semana Europeia das Regiões e municípios 2024, em Bruxelas, na segunda semana de outubro. Informou que a 22.ª edição da Semana Europeia das Regiões e Municípios foi promovida pelo Comité das Regiões Europeias e pela Direção Geral da Política Regional. A iniciativa foi de extrema importância, abordando quatro temas principais, entre os quais se destacam: a competitividade e convergência das regiões; o papel das regiões no reforço da democracia, o crescimento inteligente e sustentável e um objetivo a “as regiões têm talento”. A participação no evento foi considerada relevante para a troca de experiências e o fortalecimento da cooperação entre as regiões europeias, acreditando que a representação desta

assembleia dignificou a mesma. Em 27 de novembro esteve presente no Conselho Municipal de Educação e em 13 de dezembro foi marcada a reunião da comissão de conferência de representantes, onde só esteve ele presente e António Lareiro, pelo que não se verificou quórum e não ocorreu a reunião. Ao nível da correspondência a Mesa recebeu documentação relativa a um munícipe sobre a construção de um imóvel. Por se tratar de assuntos relacionados com ações da Câmara Municipal, deu-se conhecimento do teor do mesmo ao senhor presidente, foi dada a respetiva informação à munícipe. Caso pretendam obter informação complementar estará disponível na Mesa para consulta. Foi enviado a todos os membros o Código de Ética e de Conduta da Câmara Municipal, para conhecimento. Este código estabelece um conjunto de princípios, valores e regras de atuação que devem ser seguidos por todos os dirigentes e trabalhadores do município de Armamar, com foco na ética profissional. O documento também aborda as normas penais relativas à corrupção, infrações relacionadas e os riscos de exposição do município, promovendo a integridade e a transparência nas ações. Foi também recebida uma retificação relativa à alteração do Código do Imposto sobre Imóveis (IMI). A documentação foi distribuída para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal, com a explicação das alterações. No passado dia 9 deste mês, esteve presente na Assembleia Intermunicipal do CIMDOURO, juntamente com Rosa Marta, membro desta Assembleia. O evento teve lugar no espaço Miguel Torga, em Sabrosa. Fez saber que todos os documentos em apreciação foram aprovados, por unanimidade, e vão ser disponibilizados no site da CIMDOURO. -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

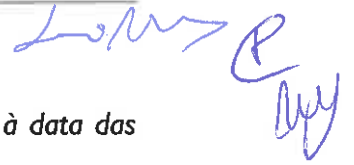
Paulo Tolda cumprimentou os presentes na sessão, bem como os que assistem através dos meios eletrónicos. Iniciou a sua intervenção, informando a Assembleia que, na semana passada, foi recebido o relatório de auditoria do Tribunal de Contas, relativo à

denúncia feita por si, em 2021. Entende que é pertinente dar conhecimento das conclusões a que o Tribunal de Contas chegou, especialmente no que se refere ao apuramento de responsabilidade financeira. Informou que o relatório de auditoria do Tribunal de Contas ficará disponível no site oficial do Tribunal para consulta pública. Além disso, será deixada uma cópia do relatório na Mesa, para que o Senhor Presidente da Assembleia o junte à pasta anexa à ata (anexo II), garantindo o arquivamento do documento e o acesso à consulta por quem o desejar, salvaguardando sempre as disposições relativas à proteção de dados pessoais. O relatório tem trinta e oito páginas, sendo que só irá ler as grandes conclusões e, no fundo, salientar que a denúncia foi remetida ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Inspeção Geral de Finanças e ao membro do governo que tutela as autarquias locais e foi feita, por si, na qualidade de membro da assembleia municipal, no âmbito daquilo que são as competências de fiscalização da atividade do executivo. Grosso modo, no relatório é dito “das considerações de facto e de direito supra expostas conclui-se o seguinte: -----

1.º Um membro da Assembleia Municipal de Armamar denunciou a este Tribunal eventuais irregularidades praticadas pelos responsáveis do Município de Armamar traduzidas, designadamente, no incumprimento das regras da contratação pública, relativamente à adjudicação de algumas empreitadas e fornecimentos de bens e serviços, na violação das regras sobre competência de autorização de despesas cometidas no âmbito de acordos judiciais para pagamento de dívidas e, ainda, eventuais irregularidades de natureza financeira e contratual relacionadas com uma empresa participada pelo Município. -----

2.º (...) -----

3.º O Presidente da CMA informou no âmbito do processo de denúncia, que em 2020 e 2021 correram termos 5 processos judiciais para regularização do pagamento de dívidas, intentados por empresas que forneceram bens e serviços à autarquia. Só relativamente a uma das empresas tinha conhecimento da data do fornecimento dos serviços, as restantes quatro



prestaram os respetivos serviços entre 2013 e 2017, antes do mandato em curso à data das declarações, mas em que o Presidente da CMA era o mesmo. -----

4.º (...) -----

5.º Há indícios fortes de um controlo interno deficiente, que permitiu o incumprimento das regras da contratação pública, e também das regras relativas à autorização e realização da despesa, apesar dos riscos detetados nessa área no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), aprovado em 2010. Neste documento foram propostas várias medidas destinadas a colmatar ou a minimizar aqueles riscos, designadamente, a implementação de procedimentos de controlo interno nas áreas identificadas. O mesmo estabeleceu, ainda, a obrigatoriedade do seu controlo e monitorização periódica, os quais, face à factualidade apurada, não parecem ter sido implementados. Note-se que, desde a aprovação daquele documento até, pelo menos, 2022, mantiveram-se em funções os mesmos eleitos e dirigentes, com pequenas alterações. O tempo decorrido era suficiente para a implementação das medidas tendentes à correção dos fatores de risco apontados no Plano. -----

6.º Foi adotado um procedimento de ajuste direto para a adjudicação de uma empreitada destinada a obras de requalificação do edifício do mercado municipal, quando face ao valor contratual o procedimento adequado seria a consulta prévia a pelo menos três entidades. A situação parece resultar da vontade de escolher uma determinada empresa para a realização da empreitada, uma vez que a lei é clara quanto à extinção do procedimento iniciado antes de 1 de janeiro de 2018, com base na alínea a) do n.º 1 do art.º 79.º do CCP. -----

7.º São eventualmente responsáveis pela adoção do procedimento pré-contratual incorreto os autores da informação técnica que o fundamentaram. Contudo, tendo em consideração as circunstâncias concretas e as alegações apresentadas no âmbito do contraditório, afigura-se ser de relevar a respetiva responsabilidade financeira por se encontrarem preenchidos os requisitos do art.º 65.º, n.º 9, da LOPTC. -----

8.º Sobre as fragilidades do controlo interno implementado na autarquia, o autarca não se

pronunciou, mantendo-se as observações efetuadas no relato quanto a esta matéria, sobre a sua eventual responsabilidade. -----

Sobre as recomendações é dito o seguinte: -----

Tendo em conta as deficiências do sistema de controlo interno implementado na CMA, reconhecidas pelo autarca, foi recomendada ao órgão executivo a sua revisão e atualização de modo a evitar a ocorrência das falhas detetadas no âmbito da contratação pública. Já após a elaboração do anteprojeto de relatório, o vice-presidente da autarquia veio informar o TdC que, em cumprimento daquela recomendação, foi celebrado, em 04.07.2024, um contrato administrativo de aquisição de serviços tendo por objeto, entre outros serviços, "a elaboração do sistema de controlo interno (inclui a elaboração da norma de controlo interno de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e demais legislação aplicável)". -----

Face ao exposto, recomenda-se que o documento final, elaborado naquele âmbito, seja remetido ao TdC, no prazo de 90 dias. -----

Nos termos do n.º 1 do art.º 136.º do RTC, foi remetido ao Ministério Público o projeto de relatório para emissão de parecer. O referido parecer com o n.º 71/2024, foi emitido em 29.10.2024, ao abrigo do n.º 5 do art.º 29.º da LOPTC, nos seguintes termos: "Concorda-se com as conclusões do PR (...), concretamente sobre a relevação da responsabilidade considerada, e reserva-se para momento posterior e oportuno, numa análise necessariamente mais aprofundada, analisar as circunstâncias factuais, legais, objetivas e subjetivas da situação indiciada para verificar se estão reunidos todos os pressupostos que determinem ou possibilitem a efetivação da responsabilidade financeira dos indigitados responsáveis". -----

Decisão do Tribunal de contas: -----

1.º) Aprovar o relatório, bem como o mapa de infrações financeiras, que está em anexo, que dele faz parte integrante; -----

2.º) Releva a responsabilidade financeira à coordenadora técnica da DGUA, Rosário Pinto, e ao

chefe da DGUA, Renato Pretarouca, atendendo ao parágrafo 66 e conclusão 7.º do presente relatório, bem como ao facto de se encontraram reunidos os requisitos previstos no artigo 65.º, n.º 9 da LOPTC.” -----

Afirmou que não leu o relatório na íntegra, mas que o mesmo ficará disponível para consulta com todas as situações que foram reportadas. Como já havia sido mencionado anteriormente, destacou que o Tribunal de Contas, destes aspetos, em particular, considerou que houve violação de normas legais por parte dos responsáveis. Salientou que, em alguns casos, o Tribunal de Contas relevou a responsabilidade dos envolvidos, por se tratar da primeira vez que a situação foi identificada e apesar de reconhecida a negligência, foi dada uma segunda oportunidade. Em relação ao controlo interno, a situação será agora encaminhada para a terceira secção, ou seja, para a secção responsável pela implementação da responsabilidade financeira, ficando a aguardar pelo resultado desta situação. Salientou que, mais do que discutir as responsabilidades imputadas no relatório, o ponto mais importante é compreender que há uma necessidade urgente de mudança de procedimentos e que a reflexão sobre o relatório deve servir como um impulso para a adoção de novas práticas que evitem situações semelhantes. O senhor presidente ao longo da análise do relatório e durante o contraditório, revelou que algumas das falhas identificadas ocorreram do funcionamento dos serviços. No caso de algumas empreitadas que foram objeto de acordo judicial, houve uma certa incapacidade por parte da Câmara Municipal e do Senhor Presidente em definir as datas exatas em que as obras ocorrem. O Tribunal de Contas, diante dessa situação, concluiu que, devido à falta de clareza sobre as datas das obras, não foi possível identificar o atual responsável, o que pode ter levado à prescrição de algumas das irregularidades. A denúncia decorreu de um período em que o executivo, de forma teimosa, não prestou as informações necessárias nem esclareceu adequadamente os assuntos. Contudo, ao longo do tempo, houve uma mudança de atitude, com uma maior

abertura e colaboração com a oposição. Essa mudança tem sido refletida de forma mais saudável, responsável e transparente na relação entre o executivo e a oposição. Destacou que, na realidade, o objetivo da oposição ao levantar questões não é culpar ou criticar, mas sim corrigir situações que possam não estar a decorrer conforme a Lei e o quadro regulamentar, com o intuito de resolver os problemas existentes na autarquia. Elogiou a atuação do Senhor Vice-Presidente, que diligenciou imediatamente para rever o Plano de Gestão de Corrupção e Infrações Conexas. No entanto, destacou que, não basta ter um bom regulamento, isso não é suficiente; é necessário que ele seja implementado de forma eficaz para que produza o resultado pretendido. Para garantir uma implementação eficaz do regulamento, é fundamental que a organização dos serviços municipais tenha uma estrutura sólida e quadros capazes de desenvolver as suas funções. Além disso, esses quadros devem ter alguma independência técnica em relação às vontades políticas. Frisou que não se pode ter situações em que tanto os serviços quanto a parte política não saibam claramente quem é responsável por quais tarefas, resultando numa partilha de responsabilidades confusas entre os serviços e o quadro político. Ao concluir a discussão sobre o relatório, citou Winston Churchill, dizendo: "Nunca desperdicem uma boa crise". Utilizou esta citação para salientar que, apesar das dificuldades apontadas no relatório, é importante aproveitar a situação como uma oportunidade para aprender, corrigir e melhorar os processos na autarquia. O Tribunal de Contas chegou à conclusão de que houve irregularidades em tudo aquilo que foi reportado pelo seu grupo municipal. Felizmente, deu uma oportunidade a alguns técnicos, isentando-os de pagar uma multa por responsabilidade financeira. No entanto, uma das situações ainda está pendente e será provada na terceira secção. Em relação à Parceria Público-Privada (PPP), o Tribunal de Contas não informou diretamente nas conclusões do relatório, mas o que foi destacado é que, por ter sido submetido ao Tribunal com visto tácito, não houve uma análise aprofundada sobre o assunto. O

Tribunal de Contas concluiu que, à luz do que foi apresentado, não há compromissos de responsabilidade financeira e, mesmo que houvesse, já estava previsto. Por isso, o Tribunal não se pronunciou de forma mais detalhada. De qualquer forma, este relatório representa, apenas, uma parte do processo, pois o âmbito do Tribunal de Contas é analisar a parte processual. Ressaltou que ainda resultará uma análise no Ministério Público sobre os factos mencionados no relatório, e que essa análise poderá levar a novos desdobramentos sobre a situação. O Ministério Público pode ter uma análise e conclusão diferentes até para efeitos de responsabilidade criminal. Prosseguiu, dizendo que soube que o Presidente da Câmara Municipal, o Vice-presidente e o Presidente da Assembleia Municipal estiveram em Bruxelas, numa viagem organizada pela CIMDOURO, com o objetivo de participar na abertura de uma representação permanente daquela instituição na cidade. Foi a primeira Comunidade Intermunicipal a estabelecer uma representação permanente em Bruxelas, considerando que esta iniciativa pode ter um grande interesse para a região, caso seja bem aproveitada e concretizada, proporcionando benefícios estratégicos para o território. Questionou a que título o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esteve presente, uma vez que as competências de representação do município pertenciam ao Presidente da Câmara. Perguntou também se o Senhor Presidente da Assembleia foi em representação da Assembleia Municipal e, em concreto, qual foi a sua participação no evento. Além disso, solicitou esclarecimentos sobre quem pagou as viagens e, tendo em conta que tanto o Senhor Presidente da Câmara quanto o Senhor Vice-Presidente estiveram ausentes, questionou como foram resolvidas as questões no município durante uma semana em que não houve membros com poder de decisão presentes. Referenciou questões urgentes relacionadas com o Centro de Saúde que poderiam ter levado a situações menos adequadas para o interesse do concelho. -----

Relativamente ao empreendimento da Quinta de São José do Barrilário, circula o

comentário de que o abastecimento de água tem sido feito por camiões dos bombeiros, uma vez que ainda não foi estabelecida a ligação à rede pública do município. Perguntou se esta informação é verdadeira, bem como quem está a assumir os custos, tanto do transporte como da própria água. Além disso, foi levantada a dúvida sobre como é possível licenciar um empreendimento que não tem garantia o abastecimento de água pública. Não põe em causa a mais-valia deste investimento, dado que todos os investimentos, dessa natureza, que geram postos de trabalho e valorização do concelho, são bem-vindos. No entanto, questiona-se se houve algum compromisso, por parte do município, de resolver o problema do abastecimento de água. Caso esse compromisso tenha existido, questiona o motivo de ainda não estar resolvido e qual o valor necessário para que isso aconteça. -----

Questionou sobre o estado dos processos relativos aos espaços arrendados e concessionados em cedência de exploração pelo município, nomeadamente se as rendas estão atualizadas e se os regulamentos estão a ser cumpridos. Também solicitou esclarecimento sobre se as entidades ou empresas que não têm pago as rendas foram notificadas e, eventualmente, se já ocorreu resolução contratual devido ao incumprimento do pagamento de rendas. -----

Relativamente aos serviços de água, saneamento e resíduos, e tendo em conta que o prazo de prescrição é de seis meses, questionou se há um controlo eficaz dos valores em dívida, se existem procedimentos adequados para recuperar ou executar esses valores, garantindo que todos os municípios de Armamar sejam tratados de forma igual.-

António Lareiro cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção referindo que, na sessão ordinária realizada em 29 de fevereiro do corrente ano, o senhor vice-presidente da Câmara Municipal, António Silva, durante uma de suas intervenções, e em face do senhor presidente da Câmara, João Paulo Fonseca, ser candidato pela AD à Assembleia da República, pelo círculo eleitoral de Viseu, apelou de forma demagógica ao

voto na lista da AD, argumentando que se tratava de uma oportunidade de eleger um deputado da nossa terra à Assembleia da República. Para convencer e persuadir os presentes a votar na AD, argumentou, na altura, sobre a importância de eleger um deputado da nossa terra, afirmando que isso seria fundamental para resolver alguns dos problemas locais. Entre os argumentos apresentados, disse que tinha conversado com o cabeça de lista da AD, pelo distrito de Viseu, António Leitão Amaro, sobre a ligação de Armamar à A24, especificamente do nó de Valdigem à variante da vila de Fontelo. Transmitiu que recebeu a promessa de que este problema seria tratado como uma prioridade e resolvido, caso a AD fosse governo. Nessas eleições para a Assembleia da República, o senhor presidente da Câmara não foi eleito deputado, como era esperado, mas a AD venceu e atualmente governa o país. O senhor ministro das Infraestruturas de Portugal, Miguel Pinto Luz, esteve em São João da Pesqueira no dia 24 de setembro do corrente ano e anunciou a requalificação e alargamento da estrada nacional 222, no troço Bateiras-São João da Pesqueira, num percurso de dezasseis quilómetros. Esta obra, no valor de doze milhões de euros, já se encontra em concurso público desde o dia 2 deste mês e a sua realização está prevista para um prazo de seiscentos dias, entre 2025 e 2027. Questionou o senhor presidente e o vice-presidente da Câmara Municipal, em relação à ligação de Armamar à A24, se os seus amigos se esqueceram deles ou se continuaram a esquecer-se de Armamar. Nessa sessão, realizada em fevereiro, foi dado conhecimento de um abaixo-assinado promovido pela população do Marmelal, solicitando a construção de uma ETAR para resolver o problema dos esgotos a céu aberto naquela localidade. Falou-se sobre este e outros problemas semelhantes que, infelizmente, ainda existem no concelho. O senhor vice-presidente informou que esses problemas estavam em vias de resolução e seriam resolvidos até ao final do corrente ano mas, pelo que se sabe, estes problemas mantêm-se. Para o orçamento de 2025, os esgotos de Goujoim não estão contemplados, pelo que questionou se o problema já

está resolvido. Quanto aos restantes para quando a Câmara pensa resolver todos esses problemas de saúde pública. Segundo a informação inicial prestada a esta Assembleia Municipal, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o novo Centro de Saúde deveria ter iniciado as suas obras de construção em 2023 e estar concluído no final deste ano. A realidade é muito diferente e, até hoje, as obras do novo Centro de Saúde ainda não foram iniciadas. Apesar deste atraso, iniciou-se a requalificação do edifício da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, onde atualmente funciona o Centro de Saúde, o que tem causado diversos inconvenientes tanto para os funcionários quanto utentes. Perante esta realidade, questionou o motivo de não terem encontrado uma solução provisória para o funcionamento do Centro de Saúde. -----

Observou que ao longo da estrada que atravessa as povoações de Fontelo, Armamar, Travanca, Gogim, São Martinho das Chãs, São Cosmado e Contim, existem fios aéreos, alguns elétricos, outros de empresas de serviços que atravessam esta via, em vários locais. Além de desfaíarem as povoações, esses fios provocam problemas de trânsito, principalmente para veículos pesados. Já ocorreram vários acidentes e, se não forem tomadas medidas, outros podem acontecer. Perguntou ao senhor presidente quando e como a Câmara Municipal pretende resolver este problema. -----

Sara Gouveia cumprimentou os presentes e todos os que acompanham esta sessão via online, não podendo deixar de fazer um cumprimento especial à turma da Associação 2000 (A2000), aqui presente, com quem já teve a oportunidade de privar e por quem nutre um carinho muito especial, agradecendo a sua presença. Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal, referiu que, no passado dia 30 de novembro, o município dinamizou o pavilhão desportivo de Armamar com o Festival Gymnastics & Dance, onde sete escolas de dança e ginástica tiveram a oportunidade de mostrar o seu talento. Escolas e grupos com muita qualidade nas diversas apresentações marcaram o evento. Foi uma iniciativa digna e, por isso, deu os parabéns à organização e ao grupo de

funcionários envolvidos, pelo seu compromisso. Armamar teve jovens a representar o concelho em, pelo menos, três dos grupos, demonstrando as suas aptidões. Passou a referir-se a um grupo, em particular, a Academia Allegro, Escolas de Bailado, especializada em ballet clássico da Royal Academia of Dance. Portanto, é um privilégio ter essa escola com interesse num município do interior, a dar oportunidade a crianças e jovens que aqui residem de desenvolverem o seu talento na área do ballet clássico. Observou que os ensaios dos jovens, com esta escola, acontecem uma vez por semana. Julga que são duas turmas o que perfaz duas horas de treino semanal. Anteriormente, os ensaios aconteciam na sala do ginásio municipal, uma sala digna e com todas as condições necessárias, como pavimento apropriado, climatização, espelhos e balneários disponíveis. No entanto, pelo que se soube, o espaço foi interdito para utilização, e a solução apresentada foi através da cedência de uma sala nas antigas instalações da escola primária. Sala esta com condições mínimas, sem balneários, nem espelhos, por exemplo. Questiona qual o motivo para serem convidados a sair de um espaço digno que reunia todas as condições. Salienta que esta mudança desmotivou os alunos e não inspira confiança a potenciais novos alunos, o que pode pôr em causa a continuidade da atividade. Além disso, sabe que outras modalidades também foram retiradas do espaço do ginásio, como o Mai Tai, o que já levou à desistência de alguns alunos, uma vez que a alternativa não possui balneário, o que é imprescindível para esta atividade em particular. Compreende que o ginásio tenha as suas aulas e calendário de atividades, contudo, não acredita que isso seja um fator impeditivo para conciliar com modalidades externas. Ressalta que, ao convidar estas escolas a sair, não estão apenas a afastá-las do ginásio, mas literalmente a afastá-las das portas do concelho. Refere que estamos a perder oportunidades de atrair escolas e entidades que podem trazer uma grande mais-valia para o território, especialmente na formação das nossas crianças e jovens. São escolas premiadas e com nome reconhecido, que, mais tarde, poderão acabar por

desistir de um local onde não têm as condições adequadas para desenvolver o seu trabalho. Pediu que avaliem esta situação, tendo em conta o impacto que pode ter nas gentes e no nosso futuro do concelho. Por falar em futuro, é tempo de investir no Natal, aqui nas nossas terras. Não é preciso muito, é preciso fazer acontecer, e com isso todos ganham. Não quis desenvolver aqui o óbvio, mas é fundamental destacar o quão importante seria para a captação de novos visitantes à vila, para a dinamização do comércio local e da restauração. O senhor presidente também poderá dizer que não tem de ser o município a fazê-lo. Seja como for, deixa a sua opinião sobre um assunto que julga ser importante para os residentes do concelho, para os pais com crianças pequenas que gostam de viver a magia do Natal, bem como para o comércio local. -----

Américo Moreira cumprimentou os presentes e disse que as suas questões são direcionadas ao senhor presidente e aos vereadores da oposição, pois também é tempo de fazerem um balanço. Destacou que, com o fim deste mandato a aproximar-se, seria bom que o povo soubesse o que foi feito e que atitudes foram tomadas, pois não basta apenas criticar, votar contra ou a favor. É preciso trazer sugestões e insistir naqueles problemas que a Assembleia apresenta, mas que, muitas vezes, não têm continuidade. Apresentou uma questão, sendo esta a terceira vez que a faz, e afirmou que, se necessário, fará uma quarta vez, mas já noutros termos. Lembrou que tem vindo sistematicamente a levantar os problemas da população dos Cardais. Tivemos uma semana de grande intempérie, com muito vento e chuva, e as funcionárias do lar de São Cosmado correram, uma vez mais, perigo, pois a casa, que está em ruínas, dos Cardais, tem latas soltas e duas delas caíram e vieram embater na carrinha. A situação ainda está a ser resolvida com o apoio jurídico, para perceber o que será feito em relação a isto. Disse que não sabe o que está a maniatar o executivo, nomeadamente a proteção civil, que não se vê. Gostaria de saber qual é o ponto da situação, pois, se esta persistir e acontecer algum incidente, naturalmente, com todo o respeito, não vão deixar de pedir

responsabilidades, enquanto IPSS que está a serviço daqueles que necessitam, e questionou o que estão a fazer os outros, cuja missão é defender, mas não o estão a fazer. Referiu novamente a questão da limpeza das valetas e perguntou o que está a acontecer em relação a isso. Disse que verificou que a equipa estava orientada e que, na terça-feira, foram três homens para perto da sua casa e durante um dia, fizeram apenas dez metros de limpeza com a máquina e, depois, não continuaram o serviço. As valetas continuam cheias de erva e, se vier a chuva, há o risco de ocorrer algum acidente. Todos nós devemos ser responsáveis, conscientes, denunciar e trazer aqui as questões de forma positiva, para que mais tarde não venhamos a lamentar qualquer acidente que possa acontecer. Por isso, seria importante que alguém responsável tivesse isso em atenção. Não sabe quem é agora o responsável, desde que saiu o senhor Fernando Almeida, a quem prestou, com toda a justiça, reconhecimento pelo bom trabalho e desempenho que fez nesta Câmara. Muitas vezes, ele resolvia diversos problemas com um simples telefonema. Refere que é uma questão de gestão de pessoal, onde as equipas devem saber quem é que manda e quem faz o quê. Outro ponto mencionado foi saber o que está a obstaculizar o início da execução do Centro de Saúde. Não sabe se os vereadores da oposição levantaram esses três pontos, e, se não o fizeram, saberão porquê, mas considera que seria bom que questionassem o executivo sobre os assuntos que são levantados na Assembleia. Em relação ao Centro de Saúde, disse que não entende o motivo de as obras ainda não terem iniciado e, por isso, gostaria de saber qual é a razão para esse atraso. É essencial e fundamental que as obras do Centro de Saúde sejam executadas rapidamente, a fim de atender às necessidades das populações, especialmente as mais envelhecidas, que são aquelas que mais necessitam e que trazem maior sensibilidade à questão. -----

Rosa Marta cumprimentou os presentes e o público online e iniciou a sua intervenção dizendo que é do conhecimento de todos que a sua área de trabalho é a saúde. Trabalha

na Unidade de Saúde de Armamar há mais de vinte e cinco anos e, neste momento, estão a enfrentar uma situação que "não nos dignifica de todo". Há quase cinco meses, iniciaram-se as obras no antigo lar da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, uma obra muito importante para o concelho, mas que se tornou absolutamente incomportável para a Unidade de Saúde, que funciona no mesmo edifício. Apesar de todo o esforço por parte dos profissionais da instituição de saúde, têm recebido queixas diariamente dos utentes, que se queixam do frio, do barulho e da impossibilidade de realizar rastreios do cancro do colo do útero. Disse saber que a Câmara, juntamente com a Fundação, proprietária do imóvel, e a ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro, à qual a Unidade de Saúde pertence, arranjam uma solução que, na opinião dos profissionais de saúde, é muito diminuta. Questionou o senhor presidente sobre quando será realizada a mudança, durante quanto tempo a Unidade de Saúde se manterá nas novas instalações e se, realmente, haverá condições adequadas para os profissionais e para os utentes. Lembrou que são necessárias condições de acessibilidade, não só físicas, mas também em relação às consultas, pois o número de consultórios será diminuto para o número de profissionais que prestam serviço nesta unidade. Destacou que é fundamental ter um número suficiente de consultórios para garantir o normal funcionamento da ULS e, conseqüentemente, a acessibilidade a consultas e tratamentos.-

Alice Nogueira cumprimentou os presentes e aqueles que acompanham a sessão online. Referiu que, no fundo, vem reforçar o que foi dito por Rosa Marta. Como enfermeira do Centro de Saúde de Armamar, nomeadamente na Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), tem a honra e a responsabilidade de zelar e cuidar das pessoas com que se cruza no seu dia a dia. Por isso, não pode deixar de manifestar a sua preocupação em relação às condições das instalações e dos recursos do Centro de Saúde. Estes não refletem a dignidade que a população do concelho precisa e merece, nem a qualidade do serviço que todos os profissionais de saúde se esforçam para

oferecer. Se as condições físicas do edifício não eram, de todo, as mais adequadas até há alguns meses, muitos não imaginarão quão desumanas são as condições que os utentes e profissionais de saúde enfrentam diariamente. São ruídos que muitas vezes dificultam e até impossibilitam a realização de consultas de enfermagem e médicas. São os espaços reduzidos a menos da metade para as várias valências. Fez saber que a medicina dentária já não funciona há alguns meses, sendo que a consulta foi suspensa desde o início das obras. Essas consultas eram, de facto, muito requisitadas, especialmente por pessoas com baixos recursos económicos e idosos. Destacou ainda que, nas salas de espera das instalações de saúde, deve ser dada uma atenção especial ao conforto físico e mental do utente. A sala de espera que irão encontrar é tudo menos acolhedora, sem conforto, sem aquecimento, com dimensões limitadas e, ainda, divide o espaço com o secretariado. Não há privacidade, o que coloca, inclusive, em risco a segurança dos utentes. Estamos no inverno, vem aí a época das gripes, e o espaço está sobrelotado, com recém-nascidos nas primeiras consultas, crianças e idosos, o que acaba por colocar em risco a saúde de todos os utentes. Pessoalmente, não se pode queixar, mas não podemos olhar só para o nosso umbigo. A UCC está a funcionar num espaço cedido gentilmente pela Câmara Municipal, nas antigas instalações do Posto de Turismo, que tem boas condições, mas é preciso olhar para o lado e, quando se vai lá, é de arrepiar. Sabe que muitos dos presentes não frequentam o Centro de Saúde, mas aproveitou para os convidar a ir ver pessoalmente como estão as condições. Nem toda a gente tem seguros de saúde e as pessoas precisam dos cuidados de saúde primários. Esses cuidados são importantes e, muitas vezes, são desvalorizados. As instalações e o trabalho dos profissionais que lá trabalham também são desvalorizados. Armamar é um concelho rico em história, cultura e valores comunitários, e a saúde e os seus habitantes deveriam ser a prioridade. Os cuidados de saúde primários foram inquilinos, durante várias décadas, da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, e esta não teve o respeito,

dignidade nem a preocupação de acautelar esta situação de autêntico caos. Disse estar ciente de que, se os senhores bem feitos Gaspar e Manuel Cardoso voltassem cá, ficariam muito desiludidos e desagradados com as pessoas que estão à frente desta Fundação. Tiveram muito tempo para, conjuntamente com a Câmara, planearem e organizarem a mudança do espaço do Centro de Saúde e fizeram-no em cima do joelho. Apelou ao senhor presidente da Câmara para que reconheça a urgência da resolução desta situação. Sabe que ele tem reunido esforços nesse sentido e que tome as medidas necessárias, como disse Rosa Marta, para garantir que o futuro espaço que servirá para as instalações dos serviços de saúde seja digno, seguro, confortável e de dimensões adequadas ao seu propósito. Um espaço onde os utentes se sintam acolhidos e os profissionais possam trabalhar. Não se trata apenas de uma questão de saúde, mas de justiça e respeito por todos os que aqui vivem e contribuem para o desenvolvimento do concelho. -----

Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, cumprimentou os presentes e o público online. Veio trazer dois assuntos, sendo que um deles já foi muito falado. Por isso, quis apenas reforçar a situação que lhe tem sido transmitida pelos seus fregueses que se têm queixado muito a propósito da situação do Centro de Saúde. As pessoas que entram naquele edifício percebem que não existem condições mínimas para ser utilizado para aquele fim, e estão a exigir respostas. Querem que o senhor presidente diga o que vai ser feito, o que deveria ter sido feito a tempo e não foi. Outro assunto, vem no seguimento de um convite do município a todos os proprietários de terrenos junto à ribeira de Temilobos, para assistirem a uma reunião neste salão nobre. Na dita reunião, o senhor presidente, por impossibilidade de agenda, não estava presente, tendo sido substituído pela senhora vereadora. O propósito da sua intervenção sobre este assunto é que, no convite, não estava especificado que a reunião era só para quem era proprietário de terrenos junto à sede do concelho, ou seja, para

uma pequena parte da ribeira de Temilobos. Na reunião, os proprietários questionaram a razão de o convite ter sido feito apenas aos donos de terrenos próximos à sede do concelho, sem mencionar a intenção de abranger toda a ribeira, que se estende desde São Martinho das Chãs até o rio Douro. Eles querem saber se o município tem planos de melhorias e limpeza apenas para essa área específica ou se pretende incluir a totalidade da ribeira, assim como outras ribeiras do concelho, que também necessitam de intervenção. Perguntou se existe algum projeto ou intenção de realizar alguma obra na área da ribeira de Temilobos que requeira uma intervenção urgente e por que razão a autorização da APA foi pedida apenas para a parte próxima à sede do concelho, quando toda a ribeira, desde São Martinho das Chãs até o rio Douro, necessita de limpeza. -----

Presidente da junta de freguesia de Armamar, Afonso Gouveia, cumprimentou os presentes e agradeceu ao grupo da A2000 pela presença na assembleia. Começou por chamar a atenção para a sinalização, especialmente em Armamar, destacando que muitas placas estão degradadas, o que cria um perigo constante, especialmente na zona do jardim de infância. Mencionou também a questão do estacionamento na via principal de Armamar. Ele observou que há carros estacionados durante toda a semana, o que acaba por prejudicar o comércio local. Apelou aos vereadores para que tomassem medidas em relação a essa situação, destacando que, como presidente de junta de freguesia, também está atento a essas questões e disposto a colaborar para as resolver. Comentou que vai estar em discussão o orçamento e se este for cumprido conforme previsto, seria motivo de orgulho para todos. Contudo, expressou preocupação, apontando que, como se trata apenas de um orçamento, é possível que nem todas as promessas se concretizem. Em defesa dos presidentes de junta, mencionou que, ao longo dos onze anos em que os orçamentos foram aprovados, as juntas de freguesia foram frequentemente negligenciadas no que diz respeito à alocação de verbas para as

necessidades e projetos das mesmas. Expressou o seu desagrado em relação à distribuição de verbas para as freguesias, afirmando que, com todo o respeito pelos seus colegas presidentes, sentiu uma certa injustiça neste processo. Ele explicou que, para receber uma verba de € 21.000,00, foi necessário apresentar um projeto, e, apesar de Armamar ser a maior freguesia do concelho, o valor atribuído à sua freguesia foi o mesmo que o das demais. Além disso, ele mencionou que essa verba ainda não foi recebida, pois o processo está limitado a procedimentos que demoram algum tempo para ser concluídos. Expressou o desejo de entender como será feita a transferência da verba de € 21.000,00, uma vez que o processo se estende para 2025. Ele questionou se esse valor será incluído no próximo orçamento ou como a Junta de Freguesia deverá proceder. Além disso, apelou para que, no futuro, as verbas destinadas às juntas de freguesia sejam distribuídas de forma justa, levando em conta a dimensão de cada freguesia. Ele defendeu que as Juntas de Freguesia devem ter a autonomia para usar os recursos de acordo com as suas necessidades específicas. Destacou que em algumas freguesias, como a de Armamar, a verba anual que lhe é atribuída não é suficiente para cobrir todas as necessidades, especialmente quando se considera que a Junta tem colaboradores a tempo inteiro. Ele mencionou que, no final do ano, a alocação dessa verba pode resultar em menos recursos para a realização de obras, mas, ao mesmo tempo, garante que as pessoas que trabalham na Junta têm um emprego estável e recebem um salário. Em resumo, salientou a dificuldade de equilibrar as prioridades financeiras da freguesia, onde, por um lado, se assegura o emprego para os colaboradores, mas, por outro, há menos margem para realizar novos projetos e obras. Esclareceu que, ao contrário do que muitos pensam, a Junta de Freguesia de Armamar não se limita apenas à manutenção de Travanca, Tões e Coura, mas também executa trabalhos de manutenção e limpeza em várias outras áreas da vila, como na Borralha, Misarela, Bairro de São Lázaro, entre outros. Ele destacou que a Junta tem assumido



responsabilidades em diversas zonas, garantindo serviços essenciais para a comunidade, desmentindo a ideia de que o município é o único responsável por essas tarefas. Finalizou a sua intervenção apelando para que, no próximo orçamento, se tenha em conta a distribuição justa das verbas para as juntas de freguesia. Ele destacou a importância de que as juntas possam usar esses montantes de forma sensata e de acordo com as suas necessidades específicas, permitindo-lhes tomar iniciativas próprias para atender melhor as necessidades das suas comunidades. Dirigiu-se aos vereadores da oposição, lembrando-lhes que também é responsabilidade deles trabalhar em conjunto para garantir que a distribuição das verbas para as juntas de freguesia seja justa e adequada. Apelou para que todos, tanto a oposição quanto a maioria, se empenhassem para que esta realidade fosse alcançada no orçamento de 2025, atendendo às necessidades específicas de cada freguesia. Agradeceu a atuação do grupo Cem Notas, no pavilhão gimnodesportivo, no dia 8 deste mês, destacando o excelente nível da apresentação e a importância dessas ações para a comunidade. Apontou que este grupo, que está em Armamar, tem dado uma grande oportunidade aos armamarenses de aprender música e está a realizar um trabalho admirável. Felicitou também António Lareiro, um dos membros presentes, pela sua dedicação e pela prova de que nunca é tarde para aprender algo novo. Por fim, em nome da freguesia de Armamar, desejou a todos um bom Natal. -----

Márcio Moraes cumprimentou os presentes e, embora não fosse sua responsabilidade exclusiva, destacou que todos deveriam reconhecer o que de bom tem acontecido no concelho. Nesse contexto, fez questão de elogiar a última edição da Feira da Maçã, considerando-a, em sua opinião, uma das melhores edições em termos de afluência. Como em todos os outros eventos, é necessário ajustar alguns detalhes, mas considerou que a Feira da Maçã foi uma excelente atividade e expressou o desejo de que o concelho continue a seguir esse caminho de sucesso. Agradeceu à Junta de

Freguesia de Armamar e ao Município pelo excelente concerto de Natal, destacando que, embora não tenha tido oportunidade de estar presente, o feedback recebido foi muito positivo. Defendeu que o pavilhão municipal, construído pelo atual executivo, é um espaço de todos e que atividades, como as mencionadas por Sara Gouveia, poderiam ser integradas nesse equipamento, caso fosse possível. Mencionou que, tanto quanto sabe, o pavilhão municipal dispõe de algumas salas e balneários, o que poderia ser uma solução viável para agregar escolas e outras atividades, como as referidas por Sara Gouveia. Enquanto cidadão atento, comentou sobre as queixas de alguns residentes em relação aos constrangimentos das obras no Centro de Saúde, reconhecendo que mudanças e evolução muitas vezes geram algum desconforto. No entanto, expressou acreditar que tanto o município quanto a Fundação Gaspar e Manuel Cardoso estão comprometidos em encontrar uma solução para os utentes de Armamar. Ele afirmou que, se Gaspar e Manuel Cardoso estivessem presentes, estariam orgulhosos do que foi alcançado com tão poucos recursos e elogiou as sucessivas direções da Fundação, que, de forma voluntária e sem retorno financeiro pessoal, têm contribuído significativamente ao longo dos anos. Dirigindo-se a António Lareiro, fez referência aos oito anos de governação do PS, mencionando a célebre "geringonça" que, segundo ele, levou à derrota do PSD nas eleições, apesar de ter sido o partido vencedor. Em seguida, afirmou que ninguém na sala é contra a ligação à A24, uma obra que seria de grande importância tanto para o concelho como para quem utiliza a estrada diariamente. Citou Miguel Pinto Luz, que, ao comentar sobre o tráfego em São João da Pesqueira, mencionou que, enquanto naquele concelho passam cerca de 40 milhões de litros de vinho por ano, em Armamar circulam 80 milhões de quilos de maçã, sublinhando a relevância económica dessa ligação rodoviária. Acredita que, com o esforço de cada um, à sua maneira, a variante de Fontelo acabará por se concretizar. Ele vê essa obra como um objetivo que, com a colaboração e empenho de todos, será alcançado em prol do

desenvolvimento do concelho e da melhoria das condições de acesso à A24. Informou que, conforme o artigo 86.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), fez o pedido das atas das reuniões de executivo de 2024, no dia 19 de novembro, mas ainda não obteve resposta, ultrapassando o prazo de dez dias estabelecido pela legislação. Para concluir, agradeceu ao senhor presidente da assembleia por lhe ter permitido intervir, apesar de ter chegado um pouco atrasado devido a um imprevisto. Salientou que tenta sempre dar o melhor e intervir de forma assertiva, tal como os que o precederam. Contudo, não pode deixar de salientar que ainda não se está a cumprir o regimento no que diz respeito ao período antes da ordem do dia. O Regimento foi elaborado democraticamente com o objetivo de ser cumprido, no entanto, apontou que, no que se refere aos tempos estabelecidos, não tem havido o cumprimento adequado, salientando que não será o seu grupo municipal o responsável por esse desrespeito. Dirigiu um abraço à A2000 e aos seus alunos, agradecendo pela presença na Assembleia. Aproveitou para os convidar a vir mais vezes, ressaltando a importância de estarem informados sobre o que acontece na Assembleia e no concelho. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** informou que a Mesa está atenta aos tempos, mas destacou que estamos na casa da democracia. Reforçou que, embora seja importante não interromper o raciocínio de qualquer membro durante sua exposição, haja benevolência, porém sempre que o tempo se exceder irão intervir. Como foi visado em uma ou duas situações, explicou a Paulo Tolda que esteve em Bruxelas com total transparência e clareza, após ter tomado conhecimento do programa da XXII edição da Semana Europeia. Ao analisar o convite e o programa, sentiu a necessidade de, enquanto presidente da Assembleia, representar todos os membros e participar de um momento significativo, que foi a inauguração do primeiro gabinete da CIM a nível de Bruxelas. Afirmou que esteve em Bruxelas em representação de todos os membros da Assembleia, assim como esteve em São Martinho das Chãs e em outros eventos para os

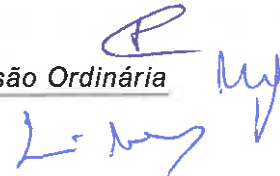
quais foi convidado. Ressaltou que essa sempre foi a sua postura e, enquanto estiver neste cargo, continuará a dignificar o Órgão. A dignificação do órgão, segundo o presidente, é marcada pela presença, pelo sentido de responsabilidade e pela representação de todos os munícipes do concelho. Reiterou que essa sempre foi a sua postura e continuará a ser até ao fim do seu mandato, procurando estar presente em todos os eventos para os quais é convidado. Destacou que esse é o seu propósito, e que, no âmbito do protocolo de Estado, ocupa o 42.º lugar, logo após o presidente da câmara e como órgão deliberativo do município quis estar presente neste evento. -----

Presidente da Câmara Municipal cumprimentou os presentes, a turma da A2000 também presente, e aqueles que acompanham a sessão através da transmissão online. Em relação à intervenção de Paulo Tolda, afirmou ser conhecedor do relatório do Tribunal de Contas e, quanto às implicações, relevantes que não há nada de novo ou que não esperasse. Quando a Câmara Municipal fez acordos judiciais para pagar obras de empreitadas que não seguiram o devido procedimento, o Tribunal de Contas não poderia ter outro entendimento além de que não foram cumpridas as normas de contratação pública. Em relação às obras de requalificação do Mercado Municipal, o presidente da Câmara Municipal explicou que o Tribunal de Contas fez uma ressalva, indicando que houve intenção por parte da câmara. No entanto, o presidente manifestou desacordo com essa avaliação, pois a decisão foi tomada com base em informações dos serviços municipais. Destacou também que, por essa razão, dois técnicos do município foram visados no relatório. Esclareceu que, no que diz respeito às obras do Mercado Municipal, agiu com base em informações técnicas e não houve qualquer tipo de intenção. Ressaltou ainda que, como disse Paulo Tolda, o único visado ou sancionado no relatório foi o próprio presidente da câmara, por não ter cumprido com a monitorização do controle interno da autarquia. Lembrou que a Assembleia já era conhecedora da situação, pois, em dois ou três relatórios, na prestação de contas,

o Revisor Oficial de Contas fez essa ressalva, apontando que havia um funcionamento deficiente de controle interno no município. Em relação ao PPP, o Tribunal de Contas deu o seu visto, tácito ou não, destacando que isso não é um problema do município. Salientou que, como entidade com responsabilidades acrescidas, o Tribunal de Contas tem a obrigação de dar respostas em tempo útil, ou, caso contrário, sujeita-se às regras aplicáveis a outras entidades. Informou que, em relação ao relatório, o município já havia tomado algumas medidas mesmo antes da receção do mesmo. Destacou que a comunicação feita pelo vice-presidente ao Tribunal de Contas ocorreu antes da receção do relatório. Além disso, foi contratada uma empresa externa de consultoria, tanto na área jurídica quanto em outras áreas, para a elaboração da norma de controle interno. Também está em elaboração o Plano de Prevenção à Corrupção e Infrações Conexas, com o contributo dos colaboradores do município. Informou que, com o objetivo de melhorar os serviços, já foi discutido em reunião de executivo, também por sugestão dos consultores, que será apresentada à Assembleia Municipal, em fevereiro, uma proposta de reorganização dos serviços. Essa reorganização provavelmente envolverá o aumento de divisões. O município atualmente possui apenas duas divisões, o que, aliado às transferências de competências para os municípios e outros fatores, gerou um acúmulo de trabalho. Isso tem se tornado humanamente impossível, até mesmo para os dirigentes, manter o controle e o domínio de tanta matéria. Por essa razão, afirmou que serão tomadas novas medidas para evitar que essas situações se repitam no futuro. Em relação à viagem a Bruxelas, explicou que a CIMDOURO decidiu convidar os municípios e estender o convite a três pessoas por município. Alguns municípios levaram mais pessoas, outros menos, e a delegação de Armamar foi composta pelo próprio presidente, pelo vice-presidente e pelo presidente da Assembleia Municipal. Quanto aos custos, a CIM assumiu integralmente os custos da sua viagem, incluindo alojamento e alimentação, por ser vice-presidente da CIM. Os municípios, por sua vez, assumiram os

custos das viagens de avião para os outros dois membros da delegação. Embora não tenha os valores exatos, estima-se que os custos com as viagens aéreas para os outros dois elementos tenham rondado os € 1.000,00. Em relação à água para a Quinta do Barrilário, referiu que está a ser abastecida com água tratada do sistema, transportada pelos bombeiros. A quinta é registada como consumidora de água no município, mas ainda não pagou nenhuma fatura, embora deva pagar a primeira em breve. Todos os metros cúbicos de água fornecidos são devidamente contabilizados. Quanto ao transporte da água, explicou que essa é uma situação entre a quinta e os bombeiros, sendo que a quinta é responsável pelo pagamento desse transporte. Sobre o licenciamento sem as infraestruturas referiu que na altura em que deu entrada o projeto de edificação e licenciamento do hotel do Barrilário, o mesmo foi analisado por uma técnica do município e previa, em termos de projeto, a ligação à rede pública mas a técnica nunca informou o promotor que à data não havia rede pública. Informou que, atualmente, há um investimento previsto no sistema de abastecimento de água do Vacalar, e que não é exclusivo para o hotel. O concurso já foi lançado, o procedimento foi realizado e as propostas foram abertas. No entanto, o relatório final para adjudicação ainda não foi efetuado. O valor do investimento está estimado em cerca de trezentos e cinquenta mil euros. Deixou uma nota sobre outra situação no âmbito do licenciamento, relacionada ao tratamento das águas residuais, que originalmente seria reservada em um equipamento municipal, mas que não existia. Destacou que esse investimento foi totalmente custeado pela Quinta do Barrilário. Reforçou ainda que não se deve criar a ideia de que o município está a fazer investimentos com a intenção de beneficiar qualquer parte específica, pois o investimento foi realizado a expensas da própria quinta. Em relação aos espaços arrendados pelo município, informou que as rendas estão atualizadas e pagas. A única situação pendente, que está a ser tratada pelo departamento jurídico, diz respeito às rendas do "Bar Emoções". O arrendatário cessou a atividade e

ainda há rendas por liquidar. Em relação à água disse não ter informação dos serviços da existência de qualquer tipo de dívida superior a seis meses. Em relação à intervenção de António Lareiro, explicou que, como não esteve presente na assembleia de fevereiro, não pode compreender completamente o que foi transmitido sobre uma possível intervenção do vice-presidente. Afirmou que o vice-presidente falará em seguida para esclarecer o que foi dito. Comentou que, em relação aos “nossos amigos”, isso depende para onde se quer levar a conversa. Referiu que, se for para os amigos da “nossa” família política, é importante registar que as eleições ocorreram em março e, entre a tomada de posse deste governo e o dia de hoje, passaram apenas oito meses. Destacou que houve dois governos que totalizaram oito anos, mas lembrou que, pelo menos, um deles foi apoiado pela CDU e não viu, como prioridade, o investimento na ligação de Armamar à A24. Em relação a este assunto, informou que, no mês passado, conforme já indicado na reunião de executivo, esteve em Lisboa com o Ministro da Presidência, António Leitão Amaro. Durante esta visita, o ministro teve a gentileza de o levar ao gabinete do Ministro das Infraestruturas, onde discutiram o assunto. Ficou agendada uma reunião para depois da aprovação do Orçamento de Estado, para que possam continuar a discussão. Em relação ao abaixo-assinado do Marmelal, observou que António Lareiro, ao analisar os documentos apresentados, deve ter reparado que faltava a inclusão de Goujoim. No entanto, destacou que o Marmelal está incluído, o que significa que estão a resolver o assunto e que já foram lançados os procedimentos para a elaboração dos projetos das situações mencionadas. Embora Goujoim ainda não esteja resolvido, frisou que não se pode resolver tudo de imediato, mas a situação já está identificada. Sobre o Centro de Saúde, explicou que a situação das obras no edifício da Fundação resulta de uma candidatura que a Fundação fez ao programa PARES e ao PRR, com o objetivo de requalificar o edifício. Essa requalificação visa criar em Armamar uma nova resposta para uma valência da área da saúde que atualmente não existe no

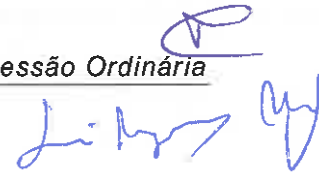


concelho. Informou que participou em duas reuniões com os projetistas, que explicaram aos diretores da Fundação os detalhes do projeto. Nessas reuniões, foi apresentado o projeto que consiste na requalificação das fachadas do edifício, sem substituir a caixilharia, e na remodelação interior da disposição dos vários pisos, com o objetivo de ajustar a obra às necessidades da nova valência. Explicou que, até ao início das obras, nenhum diretor da Fundação tinha plena consciência da dimensão da obra e do que seria necessário, com exceção do elevador, sobre o que foi explicado que seria preciso abrir uma caixa. Não foi percebido o impacto da intervenção, nem os possíveis transtornos, como o ruído e a calendarização dos trabalhos. Registou que participou em várias reuniões, nas quais estiveram presentes as enfermeiras, o presidente do conselho de administração da ULS de Vila Real, o Dr. Ivo, o enfermeiro Gabriel, a Dr.ª Vera, diretora clínica, o engenheiro Carlos, responsável pelas obras da ULS, entre outros. Nessas reuniões, a câmara disponibilizou-se imediatamente para realocar a USF, a UCC e a clínica dentária para outro local. O presidente chegou a entrar em contato com o senhorio de um edifício e, inicialmente, a ULS, através do enfermeiro Gabriel e do engenheiro Carlos, informou que aquele espaço poderia acomodar os serviços. No entanto, a coordenadora da USF de Armamar foi contra a solução. Informou que, durante o período em que esteve em Bruxelas, a senhora vereadora tentou encontrar outra solução para o problema e entrou em contato com o presidente da junta de Armamar e diretor da Fundação. Este último sugeriu que havia um espaço que, com obras, poderia ser suficiente para o que era necessário. Eles visitaram o local e a solução encontrada era nas instalações do antigo pré-escolar da Fundação. As obras já foram realizadas, e o empreiteiro responsável informou que, em dez dias, as obras de divisão do espaço deverão estar concluídas. No entanto, ainda restam os serviços relacionados com a rede elétrica e de comunicações, que são bastante complexos e podem levar mais três ou quatro dias. Explicou que a ULS decidiu, por enquanto, evitar a utilização de

contentores e iniciar os serviços no novo espaço, considerando que, com uma reorganização, será possível prestar o serviço conveniente. No entanto, caso essa solução não seja a mais viável, a ULS mostrou-se interessada em recorrer a uma solução alternativa, que pode incluir a utilização de contentores, se necessário. Esclareceu que, em relação ao que foi dito por António Lareiro sobre a obra, a mesma nunca esteve prevista para começar no início de 2023. No que diz respeito aos fios elétricos e de comunicações, o município não tem responsabilidade, pois essa competência é das operadoras. O que a câmara pode e tem feito é, quando detetadas situações anómalas, comunicar às entidades responsáveis para que elas tratem do assunto. Em novas intervenções já existe o cuidado de instalar os cabos de forma subterrânea, para evitar constrangimentos. Passando à intervenção de Sara Gouveia referiu que não esteve presente no espetáculo de ginástica, mas soube que foi um momento que engradeceu o concelho, parabenizando todos os envolvidos. Em relação à academia de ballet, Mai Tai e outras atividades que aconteciam nas instalações das piscinas cobertas, explicou que os técnicos que utilizam as salas para as atividades do ginásio informaram à câmara que a presença de outras atividades estava a limitar os serviços e as aulas do ginásio. Após a situação ser comunicada, foi decidido que as atividades do ginásio, prestadas pelo município, deveriam ser prioridade. Com isso, procurou-se uma solução para as outras atividades e a solução encontrada foi uma sala que já tem piso vinílico adequado para esse tipo de atividade, climatização, com chão radiante e aquecimento. Embora ainda não tenha espelhos para o ballet, essa questão já está tratada, mas falta a instalação. A câmara encontrou uma solução para a situação e que o objetivo é garantir que ela satisfaça a todos. Por isso, estão a ser feitos investimentos para garantir que as atividades possam continuar. Além disso, há a possibilidade de explorar outros espaços e monitorar se o espaço do ginásio está de facto ocupado. Sobre os investimentos na época de Natal, concorda que poderiam existir mais iniciativas. No entanto, já

acontecem alguns eventos, como o concerto em família. Ele sugeriu que, para atividades futuras, seria vantajoso organizá-las em conjunto com o comércio local, pois isso facilitaria a execução das iniciativas e, possivelmente, traria melhor resultado. Respondeu à intervenção de Américo Moreira sobre as casas devolutas dos Cardais, que, segundo o deputado, colocam em risco pessoas e bens. No entanto esclareceu que, embora Américo Moreira tenha considerado a falta da proteção civil, o certo é que a proteção civil realizou o trabalho que lhe compete, incluindo a elaboração de relatórios e notificações aos proprietários. Explicou que, juntamente com o presidente da junta de São Cosmado, já procurou proceder à aquisição das casas devolutas no Cardais, mas sem sucesso. Atualmente, estão na segunda fase do processo, que está a decorrer, mas leva tempo. O presidente salientou que, caso ocorra algum acidente, as responsabilidades deverão ser apuradas, sendo que, numa primeira instância, são dos proprietários, especialmente porque já foram notificados duas vezes para realizar intervenções e não o fizeram. A câmara não pode ficar indefinidamente à espera dos proprietários, e a única forma de resolver a situação é avançar para a posse administrativa dos imóveis, conforme sugerido pelo jurista do município. Embora este seja um processo que demora, é o caminho que está sendo seguido. Em relação à limpeza informou que as valetas foram limpas e foi aplicado herbicida. Atualmente, o trabalho em curso envolve a desobstrução dos aquedutos, e é possível que esse tenha sido o trabalho realizado no cruzamento de São Cosmado para os Cardais. Respondeu à referência feita aos vereadores da oposição, afirmando que, embora não quisesse ser advogado de defesa de ninguém, os vereadores da oposição já abordaram, várias vezes, em reuniões de câmara, a situação do Centro de Saúde e expressaram a sua preocupação. Em resposta à intervenção de Alice Nogueira sobre as consultas de medicina dentária, informou que o município já fechou o contrato de arrendamento de um espaço na clínica Medicarm. Explicou que é necessário fazer uma divisória para

separar as áreas de esterilização e as de atendimento, e esse trabalho já está a ser executado. Além disso, a cadeira de dentista já foi instalada, e, portanto, a situação está acautelada. Em relação à intervenção do presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, fez uma correção esclarecendo que a Câmara não fez convites individuais aos proprietários, mas sim publicou um edital a convocar os proprietários confinantes com a ribeira de Temilobos para estarem presentes numa reunião. Esta reunião ocorreu após uma visita de técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), e foi solicitada pelo município. Durante a visita, a APA solicitou que o município sensibilizasse os proprietários para a necessidade e obrigatoriedade de fazerem a limpeza das margens da ribeira até meio do leito do rio. Sobre a intervenção do presidente de junta de freguesia de Armamar concordou que a sinalização em alguns locais esta gasta e precisa ser renovada. Quanto ao estacionamento na via principal explicou que não é uma questão fácil de resolver. Apesar de existir uma sinalização de tempo limitado para o estacionamento, as forças de autoridade têm dificuldades em controlar a situação, o que gerou problemas no passado. A ideia de instalar parquímetros foi considerada, e foram solicitados orçamentos a algumas empresas, mas a implementação desses parquímetros não seria rentável. Para cada parquímetro, seria necessário ter no mínimo quarenta lugares e um estacionamento concentrado de ambos os lados da via. Mesmo que reduzissem para vinte lugares, haveria o problema de as pessoas estacionarem em áreas distantes, como perto da Galp, e precisarem ir até o parquímetro na Câmara para fazer o pagamento. O presidente não tem certeza sobre a existência de novos modelos de gestão para esse tipo de situação, mas confirma que é não é uma situação fácil de resolver. Outra solução possível seria a aquisição dos equipamentos necessários para implementação do sistema de parquímetros pelo município. No entanto, essa solução exigia a contratação de uma polícia municipal para controlar o cumprimento das regras de estacionamento, o que, em termos de custos,



não se justificava. Respondeu à acusação do presidente da junta de freguesia de Armamar, esclarecendo que o executivo não esqueceu as freguesias, pois pode verificar que no orçamento de 2024 foi alocado o maior valor de sempre para apoiar as juntas de freguesia. Contudo, alguns montantes inicialmente previstos para 2024 acabarão por ser transferidos para 2025, devido ao tempo necessário para os procedimentos e à crescente dificuldade das juntas de freguesia em encontrar empresas de construção disponíveis para realizar as obras propostas. O presidente percebe o transtorno causado pelas demoras, mas salientou que o apoio financeiro está assegurado. Passando à avaliação feita por Márcio Morais sobre a Feira da Maçã, destacou que, apesar de sempre ser possível fazer ajustes, o evento foi um grande sucesso. Cumpriu o seu principal objetivo de atrair pessoas para Armamar e promover os produtos de excelência do concelho. Ele parabenizou a organização, em especial os responsáveis que lideraram e tornaram a feira possível. Quanto ao pedido das atas das reuniões da câmara, o presidente explicou que a questão depende dos serviços. -----

Paulo Tolda, tendo em conta os esclarecimentos prestados sobre a participação do presidente da Assembleia em Bruxelas, destacou que, embora compreenda que, no exercício das suas funções de representação, o presidente da Assembleia deve aceitar os convites recebidos, é importante lembrar que todas as despesas relacionadas com a representação da Assembleia devem ser aprovadas e cabimentadas dentro de um orçamento próprio da Assembleia. Assim, a Assembleia tem o direito de saber o que está a ser feito. Ele destacou que, quando o presidente da Assembleia decide participar em eventos, essa decisão não pode ser unilateral, mas sim algo que deve ser indicado e aprovado pela própria Assembleia. Além disso, salientou que a representação deve trazer resultados concretos para a Assembleia, e não apenas benefícios para o presidente da Assembleia. Espera que não sejam participações de âmbito pessoal com outro tipo de ambições. Comentou que, embora não seja surpresa para o senhor

presidente as considerações do Tribunal de Contas, o que mais o surpreende nos esclarecimentos prestados é a falta de precisão quanto aos prazos em que as obras foram realizadas. Ele destacou que, embora os acordos de pagamento com as empresas tenham sido celebrados, seria importante que houvesse maior clareza sobre os detalhes, como os prazos e os processos envolvidos. Isso, é essencial para garantir maior transparência e eficiência. A questão é como o município chegou à conclusão de que o valor solicitado pela empresa era correto, destacando que deveriam ter sido feitas peritagens e apresentadas provas que comprovassem que a obra foi realmente realizada. Fez referência ao Tribunal de Contas, que, por ausência de resposta, não conseguiu verificar o prazo de execução da obra e criticou o comportamento do senhor presidente que, tentou desvalorizar as suas responsabilidades, ao atribuir as adjudicações aos mandatos anteriores (antes de 2017) ou apontar as omissões à ineficiência dos seus serviços. Destacou que a desvalorização feita pelo autarca não se sustenta, especialmente considerando que, o presidente, esteve no executivo, de forma ininterrupta, desde 2009. O ponto central da crítica de Paulo Tolda foi a questão de como foram pagos os valores a empreiteiros sem dados concretos que comprovassem a execução das obras. Sobre o Mercado Municipal o grande problema daquele processo não é só o tipo de procedimento que foi utilizado mas, o facto de o contrato ter sido celebrado em 2019, para uma obra de € 92.000,00 e ninguém saber que obra foi feita para aquele valor. Ao abordar a questão da Quinta do Barrilário, o presidente reconheceu que houve uma falha e compreende a necessidade de reformulações nos serviços. No entanto, também há uma questão mais ampla em relação ao setor do urbanismo, que muitos munícipes têm reclamado referente a atrasos e de diversos problemas nos processos. Destacou que, o senhor presidente está no cargo desde 2009, houve falhas de controle interno que, embora estejam a ser resolvidas, continuam a ser um problema. Compreende o esforço por parte do município para melhorar, mas

reforçou que o urbanismo é uma área que exige medidas urgentes e eficazes. Os problemas pendentes neste setor não afetam apenas a imagem do município, mas também dificultam o interesse de particulares que querem investir e construir no concelho. É necessário agir rapidamente para resolver esses problemas e melhorar a eficiência dos processos urbanísticos, de modo a atrair investimentos e fomentar o crescimento do concelho-----

O **presidente da assembleia Municipal** respondeu a Paulo Tolda esclarecendo que, em relação à questão colocada, ele nunca trata de questões pessoais, destacando que, naquele momento, estava a agir exclusivamente em representação do município. Ele reafirmou que suas ações e decisões são sempre em prol do interesse da comunidade, mantendo a imparcialidade. Destacou que, nos últimos dois anos, a Mesa da Assembleia sempre apresentou uma proposta de orçamento, como estabelece a legislação, e que essa proposta tem o direito de ser incluída no documento. Salientou também que, na última reunião, Paulo Tolda não pôde estar presente, assim como na conferência de representantes, onde se discutem e analisam essas questões. Afirmou que está disponível para discutir estas questões e outras em sede própria, ou seja, em uma reunião para o efeito, onde todas as partes podem debater os assuntos de forma mais detalhada. -----

O **presidente da Junta de Freguesia de Armamar, Afonso Gouveia**, afirmou que qualquer Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) faz o seu melhor para honrar e prestar um bom serviço à comunidade e a Fundação Gaspar e Manuel Cardoso é uma delas. Ele comentou que Alice Nogueira usou uma expressão infeliz ao referir que, caso Gaspar e Manuel Cardoso estivessem presentes, a situação seria diferente. Defendeu que essa afirmação de Alice Nogueira era equivocada, dado que a Fundação tem uma grande importância e tem crescido em termos de emprego e resposta social. Na qualidade de presidente da direção da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, destacou

o valor do trabalho voluntário realizado por aqueles que se dedicam ao bem-estar da comunidade. Ele expressou o seu orgulho no trabalho que está a ser desenvolvido pela instituição e no projeto atual, que, embora tenha trazido alguns constrangimentos, particularmente na área da saúde, tem sido gerido com o objetivo de minimizar o impacto na prestação de serviços aos armamarenses. Ele sublinhou que, apesar dos desafios, a Fundação tem feito um esforço contínuo para atender às necessidades da população. Esclareceu que o atraso na mudança de instalações não é responsabilidade do município nem da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, mas sim da administração do Centro de Saúde, que demorou entre três a quatro semanas para enviar o projeto necessário para a construção das três salas. Ele reforçou que a Fundação fez tudo o que estava ao seu alcance para agilizar o processo, mas o atraso deve-se a questões administrativas. -----

António Lareiro, em relação aos comentários feitos sobre a ligação à A24, afirmou que, por vezes, as palavras escolhidas podem não ser as mais adequadas. Quanto à questão de o governo ter sido apoiado pela CDU, ele refutou essa afirmação, esclarecendo que, na verdade, houve um governo minoritário com um acordo, mas que, na sua opinião, não valeria a pena entrar em mais detalhes. Explicou que, quando Paulo Tolda fez uma pergunta, ao senhor vice-presidente, na altura, respondeu de acordo com o que já referiu atrás. Contudo, depois Márcio Morais afirmou, textualmente, que com o governo AD, a situação da ligação à A24 estaria resolvida. Em relação ao Centro de Saúde, Márcio Morais disse que as pessoas são adversas à mudança, o que fez entender que, quando surgem esses problemas, “somos vistos como os velhos do Restelo” mas a CDU sempre defendeu a construção de um novo Centro de Saúde desde as primeiras eleições autárquicas, ao contrário das outras forças políticas, que na altura se opunham e criticavam essa posição, alegando que seria uma forma de retirar receita à Fundação. O senhor presidente veio dizer que não se tinham apercebido da dimensão das obras

mas, de qualquer forma, quando houve obras para requalificação deste edifício houve a preocupação do executivo, da altura, encontrar uma alternativa. Em relação às obras do Centro de Saúde devia ter acontecido o mesmo para que não houvesse esta perturbação. Afirmou que não concorda com a ideia de que não há soluções para a questão dos cabos elétricos. Ele acredita que, embora essas soluções possam ser mais caras, é fundamental assumir a responsabilidade de encontrá-las e implementá-las. -----

Alice Nogueira esclareceu que nunca questionou o trabalho da Fundação, confirmando o muito que a instituição tem feito pelo concelho. O que ela afirmou foi que a gestão da situação do Centro de Saúde foi malconduzida e o senhor presidente da junta de freguesia de Armamar, por ser da área profissional das obras, sabe bem que obras desse tipo causam sempre constrangimentos. -----

Márcio Moraes disse que assume o que diz na assembleia e esclareceu que fez parte da Comissão Política Distrital do PSD e quando lhe foi pedido para dar o seu contributo, um deles, enquanto vogal dessa comissão foi o desejo da ligação à A24. Em relação ao Centro de Saúde, Márcio Moraes esclareceu que não usou o termo “adversas”, mas sim que a situação gera algum desconforto. Em relação ao período de antes da ordem do dia voltou a referir que o senhor presidente da assembleia tem sido benevolente, no excelente trabalho que tem feito ao longo destes três anos, mas na questão dos tempos lançou o desafio de colocarem um cronómetro para que haja rigor. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** referiu que os períodos de antes da ordem do dia, como todos sabem, por Lei, é de uma hora. O Regimento é uma discussão que anda a ser discutida a nível central por causa dessa situação. Naturalmente são colocadas muitas questões ao senhor presidente da câmara e ele tem de responder e esclarecer. -----

O **vereador António Silva** cumprimentou os presentes e o público online. Em relação à interpolação de António Lareiro, sem querer dar muita importância ao

assunto, já que António Lareiro teve a oportunidade de retificar e relatar a verdade. Inicialmente veio afirmar que ele teria uma postura que, segundo a sua memória, não correspondia à verdade. No entanto, dado que já tinham passado alguns meses, pediu que lhe fosse fornecida a ata da sessão de assembleia em questão, para que pudesse esclarecer António Lareiro e dessa forma, ele teria a oportunidade de perceber que confundira as palavras de outras pessoas com as suas, restabelecendo assim a verdade. Acrescentou que, na altura, ninguém lhe fez qualquer promessa em Viseu. O que ele fez foi, em defesa do concelho, tentar sensibilizar um futuro deputado sobre uma questão importante para todos. Ele salientou que o seu objetivo era apenas chamar a atenção para um assunto importante para todos. -----

O **vereador Jorge Rodrigues** cumprimentou os presentes e, tendo em conta que os vereadores da oposição foram visados na intervenção de Américo Moreira, fez-lhe algumas questões, acreditando que Américo Moreira se estaria a recordar dos mandatos em que foi vereador nesta instituição, pois talvez naquela altura não houvesse oposição. Nesse sentido disse que gostava de saber o que fez nesses mandatos. Afirmou que, em relação às intervenções feitas por Américo Moreira, a oposição tem provas dadas do seu trabalho e sugeriu que ele lesse as atas ou participasse nas reuniões públicas da Câmara Municipal para melhor entender as ações e o trabalho da oposição. Ele observou que todas as intervenções de Américo Moreira, neste mandato, parecem estar muito focadas em questões pessoais, relacionadas com a sua habitação ou interesses específicos, e nunca apresentam uma visão mais abrangente para o bem público e o desenvolvimento do concelho. Em relação ao Centro de Saúde, destacou que teve uma ação muito interventiva desde que surgiram os primeiros problemas, como os ruídos, e que as instalações estavam a comprometer o bom funcionamento do serviço. Ele afirmou que o executivo foi proativo, não apenas nas reuniões de câmara, mas também fora delas, por meio de várias visitas ao centro de saúde, para ouvir e compreender os

problemas existentes. Reforçou que sempre fez o que estava ao seu alcance para melhorar as condições do Centro de Saúde, com o objetivo claro de garantir melhores condições para os utentes. Destacou que, ao contrário do que foi dito pelo presidente da junta de Armamar, os vereadores da oposição têm sim tido uma intervenção ativa. Ele mencionou várias propostas que foram apresentadas pela oposição, incluindo o Regulamento de Trânsito, a limpeza das ruas, a requalificação da rua Florência Caetano, a iluminação do Jardim do Imaculado Coração de Maria, o estacionamento com parquímetros, e a questão da falta de água na queda da Misarela. Esses exemplos ilustram a preocupação e o trabalho contínuo dos vereadores da oposição na procura de melhorias para a comunidade. -----

Américo Moreira fez uma intervenção pessoal em relação ao vereador Jorge Rodrigues, alegando que ele tem um problema com a sua pessoa e está carregado de raiva. Segundo Américo Moreira, o vereador demonstra ódio e sentimentos negativos em relação àqueles que não concordam com ele, o que, acaba por trazer sofrimento ao próprio vereador. Esclareceu que não tem nenhum problema pessoal com o vereador Jorge Rodrigues e sugeriu que seria mais inteligente da parte dele ter considerado que as atas não refletem exatamente o que a oposição diz, pois isso pode gerar uma perceção errada do público sobre a ação da oposição. Ele afirmou que a sua intenção era apenas esclarecer essa questão. -----

O **presidente da Câmara Municipal** esclareceu que Américo Moreira provavelmente não se referiu às atas das reuniões de câmara, mas sim às minutas das deliberações. Ele explicou que as atas refletem fielmente o que ocorre nas reuniões de câmara, enquanto as minutas são uma síntese das deliberações. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

A **Associação 2000**, através da técnica Sofia Barros, veio fazer a apresentação da associação e o balanço do projeto desenvolvido no concelho, através do Instituto

Nacional de Reabilitação, em parceria com a A2000 e o município de Armamar. -----

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às doze horas e trinta e oito minutos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra o seguinte membro: -----

Hugo Xavier cumprimentou os presentes e o público que assiste a esta sessão através das redes sociais. Fez uma referência à situação financeira do município de Armamar e, após análise do relatório financeiro, constata-se que o equilíbrio financeiro a 31 de dezembro de 2023 apresentava um diferencial positivo de cerca de um milhão cento e dezoito mil e quinhentos euros e, a 31 de outubro de 2024, registava um diferencial positivo de um milhão seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e dois euros, que além de serem positivos e, com estes valores, ainda houve uma clara melhoria de quase 50%. Sobre os fundos disponíveis observou que a 1 de novembro de 2024, o município de Armamar apresentava verbas disponíveis, a curto prazo, superiores a quatro milhões e oitocentos mil euros. Relativamente ao limite de endividamento legal deste município, constata-se que a 31 de dezembro de 2023, o município, além de cumprir o limite, ainda apurou uma margem disponível superior a três milhões e duzentos mil euros para o ano de 2024. Sobre pagamentos em atraso, fez uma salientou que entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de outubro de 2024, o município não registou qualquer pagamento em atraso a mais de noventa dias, o que é um fator positivo, pois aumentará o número de fornecedores interessados, aumentando também a concorrência e, por consequência, uma maior eficiência financeira para o município.

Analizando este facto, também, os impressionantes dados apresentados no que respeita a prazo médio de pagamentos, que no último trimestre de 2023 eram de três dias. Neste momento, apesar de um ligeiro aumento continua com números muito interessantes para uma autarquia local, acima de tudo para um município. Isto revela uma capacidade de gestão admirável e apresenta números que podem permitir ultrapassar uma das grandes dificuldades dos municípios localizados no interior do país que é a escassez de fornecedores. Analizando o relatório do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente, os indicadores financeiros elencados no ponto 3.1, para os períodos de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2024, é evidente uma melhoria financeira do município, quer a curto, quer a médio e longo prazo, aumentando para o dobro a capacidade de liquidez a curto prazo e mantendo uma contínua redução do endividamento e uma ascensão no que respeita à autonomia financeira. Desses indicadores ressalta uma considerável redução no peso dos gastos com pessoal, nos custos operacionais, reduzindo de 74 para 63%. Com estes valores, desde fundos disponíveis para pagamentos a curto prazo, a não existência de pagamentos em atraso a mais de noventa dias, este fantástico prazo médio de pagamentos e os rácios apresentados pelos revisores, não lhe restam dúvidas que a concorrência será a de mais *stakeholders* interessados em trabalhar com este município, aumentando a concorrência permitindo, assim, obter melhores preços, o que por si só, é suficiente para uma melhor gestão do erário público. -----

Márcio Morais pediu desculpa por vir intervir neste período, mas à luz do que António Lareiro fez noutras sessões de assembleia veio dizer que tem a ata da sessão de fevereiro de 2024, onde diz “*não tenho competência para assumir qualquer promessa eleitoral, mas estou certo de que a AD, se ganhar as eleições, a ligação à A24, será uma realidade*”. -----

Ata da sessão ordinária de 26 de setembro de 2024 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão.

Processo 2174/2024. Junta de freguesia de Folgosa - Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A junta de freguesia de Folgosa “solicita apoio financeiro” para a reabilitação do cemitério da freguesia, cujo encargo está estimado em 20.280,00 EUR (vinte mil duzentos e oitenta euros), de acordo com o orçamento apresentado. -----

Não obstante competir-lhe, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “gerir, conservar e promover a limpeza dos cemitérios propriedade da freguesia”, pede apoio financeiro para a realização daquela empreitada de obra pública. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/1456 de 6 de novembro de 2024. -----

Resolução -----

Cabe à câmara municipal submeter a proposta à assembleia municipal para esta “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, atribuir € 20.280,00. -----

Processo 2176/2024. União das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião - Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião sinaliza a “necessidade urgente” de proceder à “execução de Muros e Pavimentação na freguesia deteriorados pelo mau tempo do inverno anterior, cujo encargo está estimado em 61.622,00 EUR (antes da aplicação da taxa

de IVA), de acordo com a consulta preliminar ao mercado (anexo). -----

Não obstante competir-lhe, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais”, pede apoio financeiro para a realização daquela empreitada de obra pública. -----

Resolução -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/I 457 de 6 de novembro de 2024. -----

Cabe à câmara municipal submeter a proposta à assembleia municipal para esta “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade atribuir, € 21.000,00. -----

Processo 2177/2024. Junta de freguesia de São Martinho das Chãs - Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A junta de freguesia de São Martinho das Chãs “vai realizar a pavimentação do caminho das Courelas, em Gogim, e do caminho do Pocinho, em Lumiares”, cujo encargo está estimado em 54.883,00 EUR, (antes da aplicação da taxa de IVA), de acordo com o “procedimento de consulta prévia (anexo). -----

Não obstante competir-lhe, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais”, pede apoio financeiro para a realização daquela empreitada de obra pública. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/I 458 de 6 de novembro de 2024. -----

Resolução -----

Cabe à câmara municipal submeter a proposta à assembleia municipal para esta “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.” -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

O presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes observou que este pedido diz respeito à sua freguesia e o assunto também foi à reunião de executivo. No entanto o relatório final que foi pedido pelo município foi enviado completo, pela junta de freguesia, mas nos documentos que foram enviados falta uma página desse relatório contando, apenas, a primeira página e a das assinaturas. Está em falta o conteúdo do relatório onde refere a quem foi adjudicada a obra e o valor. Provavelmente houve um lapso de digitalização e por isso terá ficado fora do documento. Apresentou uma dúvida, relativamente a este tipo de apoios, que com certeza é um apoio a obras a executar, ou em execução. A sua é se o valor será cedido à junta de freguesia, após ou durante a elaboração da obra, ou a simples apresentação de um orçamento é suficiente para a transferência do valor, depois de aprovado na assembleia. -----

O presidente da Câmara Municipal esclareceu que o valor será cedido após o início das obras, com indicação de provas de que as mesmas estão em execução. Ele fez menção a outras freguesias, como a de Fontelo, que também solicitaram esses apoios. No caso da obra de Fontelo, foram realizados dois autos de medição pelos técnicos da autarquia, e os pagamentos foram feitos à medida que os autos eram apresentados. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade atribuir, € 21.000,00. -----

Processo 2326/2024. Junta de freguesia de Queimadela - Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A junta de freguesia de Queimadela “pretende intervencionar o passeio na Rua da Bola porque está em causa a segurança dos utilizadores”. O encargo dos trabalhos está estimado em € 52.949,00, com base em consulta preliminar ao mercado, em anexo. -----

Não obstante competir-lhe, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, “proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais”, pede apoio financeiros para a realização daquela empreitada de obra pública. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/1554 de 19 de novembro de 2024. -----

Resolução -----

Cabe à Câmara Municipal submeter a proposta à Assembleia Municipal para esta “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade atribuir, € 21.000,00. -----

Processo 2329/2024. Junta de freguesia de Aldeias - Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A junta de freguesia de Aldeias manifesta “a necessidade de proceder à pavimentação de diversas ruas desta freguesia, nomeadamente a Rua de Alto da Pereira, Travessa da Pereira e Rua da Baiuca em Aldeia de Cima e Rua do Vau, em Aldeia de Baixo”, por se encontrarem, ainda, em terra batida ou bastante deterioradas. Após consulta preliminar ao mercado estima-se que o encargo da obra será no valor de € 64.900,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o orçamento, em anexo. -----

Não obstante competir-lhe, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, “proceder à manutenção e conservação de caminhos,

arruamentos e pavimentos pedonais”, pede apoio financeiro para a realização daquela empreitada de obra pública. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/1555 de 19 de novembro de 2024. -----

Resolução -----

Cabe à Câmara Municipal submeter a proposta à Assembleia Municipal para esta “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.” -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade atribuir, € 21.000,00. -----

Processo 2333/2024. Junta de freguesia de Cimbres - Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A junta de freguesia de Cimbres “vai proceder à “construção da casa mortuária”, cuja estimativa orçamental (anexo) é de € 131.103,57. -----

Não obstante competir-lhe, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “executar, por empreitada ou administração direta, as obras que constem das opções do plano e tenham dotação orçamental adequada nos instrumentos de gestão previsional aprovados pela assembleia de freguesia”, pede apoio financeiro para a realização daquela empreitada de obra pública. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/1556 de 19 de novembro de 2024. -----

Resolução -----

Cabe à Câmara Municipal submeter a proposta à Assembleia Municipal para esta “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.” -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade atribuir, € 21.000,00. -----

Processo 2426/2024. União das freguesias de São Romão e Santiago – Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A união das freguesias de São Romão e Santiago “vem por este meio dar conhecimento à Câmara Municipal de Armamar da sua intenção de construir um edifício na zona de lazer de São Romão, com o objetivo de instalar um bar e sanitários (WC), que servirão de apoio às diversas atividades e eventos que a freguesia realiza”, cujo encargo está estimado em € 62.185,80, de acordo com a consulta preliminar ao mercado, em anexo. -----

Não obstante competir-lhe, nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 16.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto”, pede apoio financeiro para aquela empreitada de obra pública. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/1605 de 26 de novembro de 2024. -----

Resolução -----

Cabe à Câmara Municipal submeter a proposta à assembleia municipal para esta “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade atribuir, € 21.000,00. -----

Processo 2410/2024. Quarta Alteração Orçamental Modificativa 2024 -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A 4.ª alteração orçamental modificativa justifica-se com a necessidade de introduzir novas classificações económicas para arrecadar receita, bem como inserir projetos de investimento no

Orçamento Municipal de 2024. -----

Além disso, o município de Armamar pretende atingir o objetivo de execução orçamental igual ou superior aos 85% da receita prevista corrigida, de forma a cumprir um dos indicadores de equilíbrio financeiro e não ativar o mecanismo de alerta precoce previsto no n.º 3 do artigo 56.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). -----

Deste modo, a 4.ª alteração orçamental modificativa, justifica-se com a diminuição e a exclusão de projetos de investimentos em simultâneo com a redução e exclusão de receita resultando num decréscimo global de 1.998.850,00 euros. -----

Deste modo, o Orçamento Municipal corrigido para 2024, fixa-se no montante de 15.956.121,26 euros. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/1598 de 26 de novembro de 2024. -----

Resolução -----

Cabe à câmara municipal submeter à apreciação e votação da assembleia municipal a proposta de alteração orçamental modificativa.” -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Processo 2418/2024. Demonstrações previsionais 2025 e Mapa de pessoal 2025 -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

Considerando que: -----

1. Nos termos do disposto no parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades do subsector local preparam as demonstrações orçamentais previsionais constituídas pelo Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual, e pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI); -----

2. O artigo 46.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (adiante designado RFALEI) prevê a elaboração das Grandes Opções do Plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos; -----
3. O n.º 2 do artigo 78.º Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2024), estabelece que “a elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública I (NCP I) do SNC-AP não é obrigatória para as entidades da administração local.”; -----
4. Nos termos do n.º 1 do artigo 45.º do RFALEI, compete à Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal até 30 de novembro de cada ano, proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte; -----
5. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (adiante designado por RJAL), compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento; -----
6. Nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do RJAL, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o Mapa de Pessoal; -----
7. O artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (adiante designada por LGTFP), determina que o Mapa de Pessoal é aprovado conjuntamente com o Orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, durante a sua execução; -----
8. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o Mapa de Pessoal dos municípios é aprovado, mantido ou alterado pela Assembleia Municipal; -----

9. A proposta de Mapa de Pessoal para 2025 contempla os postos de trabalho a ocupar depois de concluída a tramitação dos respetivos procedimentos concursais; -----

10. Compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 30.º e o n.º 3 do artigo 42.º, ambos da LGTFP, autorizar a abertura de procedimentos concursais de recrutamento e seleção de trabalhadores; -----

11. A Câmara Municipal na reunião de 29 de novembro de 2024 deliberou por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de Orçamento para 2025, as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2025-2029 e o mapa de pessoal para 2025. -----

Resolução -----

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

1. Aprovar a proposta de Orçamento para 2025 e as Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2025-2029, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma legal; -----

2. Aprovar o Mapa de Pessoal para 2025, para os efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo Regime, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.” -----

O **presidente da Câmara Municipal** em relação ao orçamento para 2025, observou que o mesmo se cifra em cerca de dezoito milhões e oitocentos mil euros. Reforçou que o município mantém uma política fiscal que visa beneficiar os munícipes e contribuintes, particularmente no que diz respeito à taxa de IRS. Como é de conhecimento, o município tem direito a 5% do valor apurado no IRS, o que equivale a cerca de €128.000,00. Desses 5% prescinde de 4%, ficando com 1% dessa receita, cujo valor é canalizado para as bolsas de estudos aos alunos do ensino superior, para além de cerca de € 16.000,00 que são os benefícios fiscais relacionados com os agregados familiares, de acordo com o número de dependentes. Em relação ao IMI mantêm-se as

taxas mínimas, o que significa que se o município aplicasse a taxa máxima arrecadaria mais € 260.000,00. Tendo em conta estes dados, são cerca de € 400.000,00, que o município prescinde a favor dos seus munícipes. No que diz respeito ao orçamento, há uma proposta concreta de realização de investimentos nos sistemas de abastecimento de água, como o projeto de Vacalar, que está na fase de elaboração do relatório final. Quanto às vias municipais, o procedimento para os investimentos já está em andamento. No caso das vias municipais, há um prazo de sete dias para que os concorrentes se possam pronunciar sobre erros e omissões no projeto e durante esse período, nenhum dos pretendentes levantou qualquer questão ou fez qualquer objeção a esse respeito. O prazo para abertura de propostas termina no próximo dia 16 de dezembro, estando assim, reunidas as condições de realizar esta obra durante o ano de 2025. Em relação ao Centro de Saúde explicou que a situação segue o mesmo caminho. O relatório final do revisor do projeto já foi recebido e enviado para o projetista principal, estando agora à espera da sua pronúncia. A intenção é lançar a obra do Centro de Saúde no início de 2025, assim que todas as fases do processo de revisão e aprovação do projeto estejam concluídas. Com estas duas obras, estamos a falar de investimentos significativos, que somam cerca de cinco milhões e setecentos mil euros. Está também prevista a resolução da situação da PPP, com um procedimento em andamento para contratação do serviço de consultoria do Dr. Pedro Mota e Costa. Ele será responsável por elaborar uma estratégia para resolver essa questão, que provavelmente envolverá a aquisição das quotas do parceiro privado, assim como a assunção da dívida atual da PPP no banco, que está estimada em cerca de um milhão e cem mil euros. Salientou, ainda, que desde o dia 15 de novembro o município de Armamar não tem qualquer dívida à banca o que é um indicador positivo. Fez saber que se pretende, também, avançar com alguns investimentos para resolver os problemas ambientais no que respeita às águas residuais, através da construção de ETAR's em várias freguesias. É também uma prioridade

avançar com a Estratégia Local de Habitação, no âmbito do 1.º direito e alguns investimentos relacionados com o Portugal 2030 e o ITI DOURO - Intervenção Territorial Integrada Douro Vinhateiro. Alguns destes projetos conseguirão ser executados na sua totalidade durante o ano de 2025, enquanto outros, devido à sua calendarização e à complexidade dos processos envolvidos, serão iniciados em 2025 e se estenderão para os anos seguintes. Informou que, no orçamento, há também uma rubrica específica destinada à requalificação da Escola Gomes Teixeira. -----

Em relação ao mapa de pessoal, referiu que não há grandes alterações previstas. No entanto, no que diz respeito aos assistentes operacionais, há indicação de que será recrutado um novo colaborador para a função. Também se prevê que durante o ano de 2025 possa haver a saída de até sete assistentes operacionais. Em relação aos assistentes técnicos, é proposto o recrutamento de mais um lugar, assim como a criação de um cargo de coordenador técnico. A principal alteração está no recrutamento de técnicos superiores, com a proposta de contratação de quatro profissionais para áreas distintas. Esse aumento de pessoal especializado visa fortalecer a capacidade da autarquia em áreas específicas e apoiar o desenvolvimento das várias áreas. A primeira vaga proposta é para a área da veterinária. Durante os últimos dois anos, o município contou com dois veterinários em regime de prestação de serviços, que desempenharam um excelente trabalho. No entanto, ambos foram embora devido a propostas mais vantajosas em outros lugares. Com a entrada em funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Animais, o serviço veterinário torna-se ainda mais necessário e, praticamente, obrigatório. O outro técnico superior será para a área de arquitetura. Atualmente, o município conta com apenas um arquiteto no quadro, além de um engenheiro civil. No entanto, tem-se verificado um défice de resposta às diversas sugestões nesta área, o que tem dificultado a execução de projetos e o cumprimento dos serviços. A contratação de um novo arquiteto visa suprir essa lacuna, garantindo maior eficiência e capacidade de

resposta nas necessidades dos serviços. Depois, por solicitação da divisão administrativa e financeira, concluiu-se que se torna necessário o recrutamento de alguém especializado em contabilidade de gestão. Como sabem têm aparecido essas referências em alguns relatórios e tem de se implementar a contabilidade de gestão. Segundo indicações do chefe de divisão o município não dispõe, neste momento, de quadros suficientes para esse efeito, sendo necessário alguém dessa área específica. O quarto técnico superior tem ver com a área da educação, especificamente a necessidade de contratar uma educadora para o Jardim de Infância de Armamar. -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

António Lareiro dirigindo-se ao presidente da câmara municipal referiu que, mais uma vez, não foi cumprido o direito de oposição. A oposição não foi convocada para ser ouvida sobre estes documentos, como a Lei prevê e obriga. Entende que ninguém está acima da Lei. Pode não se concordar com ela, mas há que a respeitar e cumprir. Mais uma vez, a CDU, manifesta o desacordo e repúdio por esta opção política do executivo. Este ano, estamos perante um orçamento, para o ano de 2025, num valor aproximado de dezanove milhões de euros. O maior de sempre deste município, onde constam a maioria das obras que nos últimos anos têm feito parte dos referidos orçamentos e não têm sido executadas pelo executivo, como por exemplo, as vias de comunicação, requalificação de estradas e caminhos. Plagiando um membro desta assembleia referiu que, de ano para ano, as estradas estão piores e a câmara não resolve este problema que tanto afeta a população. No que respeita ao saneamento e ETAR's, todos os anos assiste-se à promessa que vão terminar com os esgotos a céu aberto e a situação mantém-se e agrava-se cada vez mais, com todos os problemas de saúde pública que isso acarreta. Em relação ao Centro de Saúde, há três anos que se fala do assunto. Por muito que custe reconhecer, Armamar é um concelho que em pleno século XXI, ainda, não conseguiu resolver os problemas primárias e continua a adiar a sua resolução,



comprometendo o seu futuro. A Câmara Municipal, continua a gastar, quase 60% das suas verbas em despesas correntes, encargos com pessoal e aquisição de bens e serviços. Este facto compromete o investimento e a resolução das obras que são indispensáveis para o desenvolvimento e bem-estar dos habitantes do concelho. A população continua a diminuir e assiste-se a um fraco crescimento económico e desenvolvimento do concelho, apesar das excelentes qualidades naturais que possui, para se tornar mais desenvolvido. Não podemos ter uma visão de desenvolvimento para o concelho, tendo como prioritário o desenvolvimento turístico. É preciso apostar nas potencialidades agrícolas, na criação e desenvolvimento de pequenas indústrias. O Turismo é importante e devem-se conservar as belezas naturais e o património e criar condições para que os armamarenses tenham condições para se fixar no concelho. Este orçamento tem muitos pontos positivos: melhoramento das vias de comunicação, saneamento básico e construção de ETAR's, criação do gabinete de apoio à integração do imigrante, adquirir 50% da Armamar Viva, S.A. Estas e outras obras que a CDU tem defendido a sua realização, há vários anos, só pecam por ainda não estarem resolvidas há mais tempo. Estamos no último ano do mandato deste executivo e parece que quer e vai fazer, neste último ano, o que não fez, durante os últimos três anos. Faz votos que em termos de execução orçamental, no próximo ano, consigam o que não conseguiram nos últimos anos e realizem as obras a que se propõem, contribuindo assim, para o desenvolvimento do concelho e uma vida melhor da população. -----

Paulo Tolda relativamente às demonstrações previsionais para o ano de 2025 e seguintes, disse que é positivo e inegável que a situação financeira do município é boa, nomeadamente, por não haver dívida bancária, à data, o que face às taxas de juro elevadas, apesar de estrem a descer, traz poupanças significativas naquilo que é o serviço da dívida e também haver uma situação confortável do ponto de vista das disponibilidades financeiras para executar obras. Isto resulta do facto de muitas das

obras, de que há muito se fala, terem demorado a arrancar, em particular a empreitada de requalificação das estradas, cujo concurso já foi lançado e está previsto em orçamento. Também a questão da Armamar Viva, S.A. que há muito vêm a falar, ficando satisfeito por se ter chegado a um consenso de que era prioritário resolver. Esta situação traz inegáveis poupanças para o município porque, mesmo que o município tenha de assumir um milhão ou um milhão e cem mil euros de dívida da PPP, vai poupar naquilo que serão rendas futuras, cerca de dois milhões de euros, que seria até ao término do contrato. Disse estarem todos de acordo neste ponto. Realizando-se estas duas operações, a dívida bancária passaria para quatro milhões e meio o que é aceitável para um município desta dimensão, que tem uma capacidade de endividamento muito superior. Nada de extraordinário, tendo em conta que são obras e resolução de problemas necessários para os munícipes, até porque muitas das obras são feitas com fundos comunitários. Para estas questões, em particular, não há fundos comunitários e não havendo receitas próprias que o possam permitir, até porque as despesas correntes também são elevadas e tem de se ir buscar financiamento, mas faz sentido que seja assim. Melhor andou este executivo, do que outros, pois ao longos destes anos, não deixou o município endividado sem que se visse obra em concreto. Salientou que houve trabalho e estão de acordo nesta matéria. Disse, ainda, que boa parte desta situação financeira confortável tem dependido do crescimento das transferências do FEFE que é comum a todos os municípios. O crescimento da arrecadação de imposto do estado, desde 2015, permitiu, depois de um período de Troika, crescimentos significativos. O município, em 2015, recebia do FEFE capital de quatro milhões, duzentos e oitenta mil euros e receberá, em 2025, sete milhões quatrocentos e vinte e um. Só de 2024 para 2025 há um aumento de oitocentos mil euros. Isto é comum aos outros municípios, onde também se vê obra feita e em andamento. Espera que não existam despesas e dívida não reconhecida, presumindo que os acordos realizados resolveram todos os

problemas que estavam para trás. Relativamente às freguesias, o orçamento peca nesse aspeto e há vários anos têm dito que deveria haver um quadro de transferências para as freguesias, definido no orçamento, com um critério distributivo de uma verba. Já há outros municípios que o fazem, tendo em conta a população, a área de cada freguesia, a área agrícola, florestal, etc. Posto isto, disse que falta ainda alguma ambição na promoção cultural e turística, tendo em comparação aquilo que é feito em concelhos vizinhos. Tem-se falado muito da Folgosa como porta de entrada do concelho e ainda não fez nenhum trabalho nessa zona, assim como em São Domingos e outras freguesias. Há muitos pontos no concelho atrativos e interessantes para valorizar. Falta também visão de futuro para atrair e fixar mais jovens no concelho e inverter a tendência, que não depende só dos municípios, mas é preciso fazer mais nesta matéria, até por causa da desertificação e do envelhecimento. Referiu, ainda, que naquilo que é estratégico para a oposição e, tendo em conta, que o executivo tem mostrado abertura e colaboração com os membros da oposição, entendem, pela primeira vez, viabilizar o orçamento que é apresentado. Dá-se um voto de confiança esperando que se concretize. Em resumo, não sendo um orçamento perfeito, estão de acordo com o essencial. Agora é avançar e concretizar, de uma vez por todas, os projetos que andam há vários anos para ser resolvidos. -----

Hugo Xavier observou que sendo o orçamento a ferramenta mais importante deste município, tal como é o orçamento de estado, tendo em conta o tempo de antena que o mesmo tem nos diversos órgãos de comunicação social ao longo de semanas a fio, deve-se, nele, perceber a estratégia do executivo para os próximos anos. Este é o maior orçamento do município, mas também o é nos outros municípios, porque estamos num momento em que temos receitas extraordinárias, fruto da descentralização, o PRR que está em execução, o Portugal 2020 que ainda não acabou e o Portugal 2030 que está para arrancar. Tudo isto leva a que o orçamento aumente. Obviamente, aumentam

também as despesas, essencialmente, fruto da descentralização em áreas com a educação, ação social e saúde. Essas competências vieram, mas a verba não as acompanhou. Dizer-se que estas obras são feitas no último ano do mandato, não lhe parece, de todo, ser a análise mais correta. Muitas delas serão alvo de financiamento e só agora poderão ser executadas. Isto ser associado a política, não está correto, como também não está correto, utilizar-se essa desinformação politicamente. Este é o último orçamento, do presente mandato e, por sua vez, o último que o senhor presidente, João Paulo Fonseca, vai propor a sua aprovação, pelo menos enquanto presidente de câmara. Disse-se agradado com o cuidado que foi tido no cumprimento do princípio da equidade intergeracional. É muito importante que todos percebam que, no futuro, não andará alguém a pagar dívidas que “nós” estejamos a beneficiar hoje. Em seu nome e em nome daqueles que representa, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, agradeceu esse cuidado. -----

O **presidente da Câmara Municipal** em relação às intervenções efetuados referiu que não se trata de um orçamento eleitoralista, pelo menos, naquilo que diz respeito às próximas autárquicas, pois não será candidato e o senhor vice-presidente, já, anunciou que também não será. Já foi aqui dito que houve situações que só permitiram avançar agora com as obras para 2025 e com a situação da PPP e trata-se de um orçamento que vai de encontro a uma série de preocupações que existem há alguns anos mas que também se devem à gestão do município nos últimos anos, no sentido de criar condições para que alguns dos investimentos fossem uma realidade. Registou com agrado aquilo que serão as intenções de voto, por parte do PNT, e também o facto de, pela primeira vez, na sua passagem enquanto presidente de câmara, o orçamento ter sido aprovado, por unanimidade, no órgão executivo. Isto leva-nos a crer que é um orçamento que acomoda as preocupações de todos ao longo destes anos. Disse que vai

trabalhar arduamente para que grande parte dos investimentos propostos para 2025 possam ser executados. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com uma abstenção (a saber: António Lareiro). ----

Atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com a prestação do serviço público de transporte de passageiros - Acordo de financiamento (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----

O presidente João Paulo Fonseca explicou que a autoridade de transportes para o município de Armamar e para outros da CIMDOURO é a própria Comunidade Intermunicipal do Douro a quem foi delegada essa competência. Durante este último meio ano, e através de uma empresa consultora especializada na área dos transportes, foram desenvolvidas as peças do procedimento para o lançamento do concurso público internacional para os transportes no território da CIMDOURO, à exceção de Lamego, Vila Real e Freixo de Espada à Cinta que são os próprios municípios a autoridade de transporte. Nesse sentido o que se propõe é delegar na CIM esta competência para poder representar o município de Armamar nesse concurso internacional sobre os transportes públicos. Neste caso tem a ver com as carreiras municipais, intermunicipais, inter-regionais e transporte escolar. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Eleição de cidadão eleitor para a integrar a comissão alargada da CPCJ -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que na sequência da comunicação prestada pelo cidadão eleitor Ruben João Ferreira de indisponibilidade e renuncia ao cargo, por questões profissionais, vem solicitar a designação de um novo elemento, ao abrigo do cumprimento do exposto da alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Nesse sentido foi apresentada uma

proposta conjunta da coligação democrática do grupo municipal do PPD/PSD.CDS-PP, com a indicação do cidadão João Encarnação, cujo currículo passou a apresentar. -----

Não existindo outra proposta procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, passando a designar a proposta apresentada de “lista A”. -----

Deliberação: Eleito o cidadão João Carlos Cardoso Encarnação, com 28 votos válidos e 1 voto em branco. -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** antes de terminar a sessão, tendo em conta que irá ocorrer no dia 21 de dezembro a eleição para a Casa do Douro, e porque estamos na casa da democracia, apelou a uma forte participação, conforme recomendação da CIMDOURO, de todos os viticultores que têm direito a voto. Que o façam porque a legitimidade do exercício deve-se a uma forte participação e a capacidade reivindicativa com o poder central sairá sempre reforçada se existir a elevada participação dos viticultores. -----

Com o terminar de mais um ano, espera que no novo ano, todos os membros desta Assembleia, estejam disponíveis para debater e analisar as necessidades da população. Apelou para que nas reuniões de conferência de representantes se façam representar para analisarem e debaterem alguns assuntos, sempre na melhoria constante do funcionamento da Assembleia. Haverá a intenção de elaborar, no próximo ano, uma ação relativa ao poder local e a Mesa vai preparar uma sessão juntamente com todos os membros para se debaterem esses e outros assuntos. Nesta época natalícia, de solidariedade e partilha, desejou a todos os membros e respetivas famílias, um santo e feliz Natal, assim como aos visitantes do concelho, e um ano de 2025 repleto dos maiores sucessos pessoais, profissionais e de todas as concretizações. Que o espírito do Natal não seja apenas um dia, mas sim a vida toda. -----

O **presidente da Câmara Municipal** realçou o que foi dito pelo presidente da Assembleia Municipal no que respeita às eleições para a Casa do Douro, que se realizam



no dia 21 de dezembro. É de extrema importância que os viticultores participem massivamente nestas eleições porque percebemos através das várias audiências, quer com o senhor Presidente da República, quer com o senhor Ministro da Agricultura, com os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e com a Comissão de Agricultura, que este é o momento que os viticultores têm para mostrar que se revêm neste modelo, querem ser representados pela Casa do Douro e ter uma voz ativa que possa ombrear com os restantes membros do conselho interprofissional, nomeadamente com o comércio. Deixou o apelo a todos os que possam passar esta mensagem. Informou que no concelho de Armamar estão constituídas três mesas de voto para esse eleitoral. Uma na freguesia de Folgosa, outra na união de freguesias de Vila Seca e Santo Adrião e outra na freguesia de Armamar, que engloba também os viticultores das freguesias de Aldeias, Fontelo e Vacalar. -----

Em seu nome pessoal e de todo o executivo desejou aos presentes e suas famílias um santo e feliz Natal, acima de tudo com saúde e que o ano de 2025 possa ser um ano de sucessos pessoais e profissionais. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal, com exceção do último ponto, cuja votação foi por escrutínio secreto. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às treze horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata

que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:

René Manuel Teófilo Dias

Primeiro secretário:

René Manuel Costa Rodrigues

Segundo-secretário:

Martina Isabel Cardoso Fernandes